REP CONE

REDE DE PROTEÇÃO DIGITAL PARA COMUNICADORAS NEGRAS



CARTILHA REPCONE

Proteção Digital para Comunicadoras Negras na América Latina

Designed by Freepik

Realização

Patrocínio

Parceiros institucionais:

Informações da publicação

Título: Cartilha REPCONE - Proteção Digital para Comunicadoras Negras
Ano: 2025
País: Brasil
Idioma: Português (Brasil)
Instituição Responsável: Rede de Jornalistas Pretos
Coordenação Geral: Marcelle Chagas

Equipe técnica e colaboradores

Colaboração: Kelvyn Araújo
Textos e revisão: Marcelle Chagas
Design, diagramação e texto: Manuela Cristina com supervisão de Maria Eduarda Abreu
Tradução/adaptação linguística e revisão: Denise Mota
Parceiros institucionais: Afrocolectiva, ANAN, Instituto AzMina, Instituto Sankofa, Mozilla Foundation.

Este material integra o compromisso da Rede JP com o acesso aberto ao conhecimento, a diversidade informacional e a formação livre de comunicadoras e comunidades.

Recurso Educacional Aberto: produzido com base em princípios de colaboração, solidariedade e justiça informacional.

Créditos e licença

Este e-book é um Recurso Educacional Aberto (REA) / Open Educational Resource (OER). Está licenciado sob a Creative Commons Atribuição–Não Comercial–Compartilhalgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0).

Isso significa que este material pode ser copiado, distribuído, traduzido, adaptado e utilizado para fins educacionais e não comerciais, desde que citada a fonte original e as obras derivadas sejam compartilhadas sob a mesma licença.

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt

Para citar este material, utilize:

Cartilha REPCONE — Proteção digital para comunicadoras negras na América Latina (Rede de Jornalistas Pretos, 2025).

REP CONE
REDE DE PROTEÇÃO DIGITAL PARA COMUNICADORAS NEGRAS

Sumário

1 Apresentação 5

2 O que esta cartilha oferece 7

3 Sobre a REPCONE 8

4 Formação REPCONE 9

5 Violência digital de gênero 40

6 Evidências e pesquisas 50

7 Reflexões críticas 51

8 Dicas práticas e ferramentas 70

9 Contatos e redes de apoio na América Latina 74

10 Referências bibliográficas 75

1. Apresentação

A REPCONE, iniciativa da Rede de Jornalistas Pretos — organização da sociedade civil com sede no Brasil que promove a justiça racial e a diversidade na comunicação —, atua como uma rede de proteção digital para comunicadoras negras na América Latina. O seu foco é fortalecer a segurança digital de profissionais que enfrentam riscos de ataques, assédio, violação de privacidade e outras violências simbólicas ou técnicas no espaço online, especialmente por conta de identidade de gênero, etnia, raça e trabalho de comunicação.

A presente cartilha e as diferentes articulações da REPCONE emergem a partir de um cenário de crescimento frequente e alarmante de violência online contra grupos minorizados. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto AzMina em 2021, em parceira entre InternetLab, INCT.DD, Instituto Vero, DFR Lab e Volt Data Lab, ao analisar cerca de 240 tweets ofensivos dirigidos a 26 jornalistas negras e indígenas, foi possível identificar agressões por racismo, sexismo, deslegitimação profissional e ameaças físicas. Apenas 20% desses insultos foram removidos pelas plataformas.

Panorama da violência digital

O relatório da UNESCO "Measuring online violence and harassment against women journalists in Latin America", produzido entre 2019 e 2020, ao analisar ataques contra jornalistas mulheres negras e indígenas na América Latina, mostrou que 81% das profissionais negras entrevistadas foram alvo de ataques online focados em desinformação, assédio, misoginia e sexismo — contra 64% das brancas. Muitas também enfrentaram ataques físicos relacionados aos ataques digitais.

Outro relatório da UNESCO e do International Center for Journalism (2020) voltado à violência digital contra mulheres jornalistas revelou que 73% das 714 jornalistas entrevistadas já sofreram algum tipo de violência digital. As agressões incluem assédio, difamação, ameaças diretas, ataques coordenados e exposição indevida de informações pessoais. A pesquisa da International Federation of Journalists (IFJ), em parceria com a LatAm Journalism Review (LJR, 2024) sobre violência de gênero sofrida no ambiente online e em locais de trabalho por jornalistas negras reforça esse quadro: 38% das profissionais latino-americanas relataram ter sofrido ataques online relacionados ao gênero e ao trabalho.

Também relataram enfrentar violência dentro das próprias redações, por parte de chefes e colegas, e afirmaram não dispor de ferramentas institucionais para lidar com essas situações.

O artigo "Impactos dos ataques a jornalistas mulheres no Brasil (2020–2023)" dos pesquisadores Paula Melani Rocha, Maria Lina Manrique-Villanueva e Alex Daniel Dolgan analisou como a polarização política intensificou os ataques orquestrados contra profissionais da imprensa. A pesquisa, fundamentada em monitoramentos da Abraji e da Fenaj, mostra que o assédio digital e o discurso de ódio tiveram repercussões diretas na saúde mental, na autocensura e na segurança física das jornalistas, tornaram-se alvos frequentes, especialmente ao cobrir temas ligados à política e aos direitos humanos.

Além disso, o recente estudo "Shooting the Messenger? Harassment and Hate Speech Directed at Journalists on Social Media", realizado em 2025, também confirma essa tendência em outro contexto: ao analisar 61 000 respostas a jornalistas durante as eleições espanholas de 2023,, constatou que as mulheres receberam mais ataques sexistas, sobretudo em suas contas pessoais, destacando a influência da polarização política.

Por que essa cartilha é importante?

Dessa forma, os dados apresentados reforçam que a violência digital contra mulheres jornalistas não é um fenômeno isolado, mas uma ameaça estrutural e permanente que impacta diretamente a liberdade de expressão e fragiliza o espaço político-democrático da comunicação. Nesse cenário, esta cartilha se afirma como uma ferramenta de resistência e cuidado coletivo, voltada à proteção digital de comunicadoras negras, indígenas, periféricas, lideranças comunitárias, ativistas, mulheres trans, travestis, pessoas intersexo, quilombolas e profissionais de diferentes territórios que enfrentam ataques que combinam racismo, sexismo, LGBTIfobia e violência política de gênero.

Através da colaboração de especialistas convidadas, apresentamos conceitos essenciais sobre violência digital de gênero, dados atualizados, levantamentos de estudos, orientações práticas e caminhos para lidar com situações de ataque online. Com este material, buscamos construir uma resposta coletiva às dinâmicas de ataques digitais e fortalecer a proteção das nossas vozes.

2. O que esta cartilha oferece:

Orientações práticas de segurança digital

Passos claros para aumentar a proteção de contas, dispositivos e dados no cotidiano.

Checklists e protocolos de emergência

Ações rápidas para situações de ataque, vazamento de informações, perseguição ou assédio digital.

Ferramentas recomendadas

Aplicativos e recursos que ajudam a prevenir riscos e reduzir danos.

Informações jurídicas essenciais

Como registrar denúncias, quais são os direitos digitais das comunicadoras e onde buscar suporte especializado.

Contatos e redes de apoio na América Latina

Lista de organizações, iniciativas comunitárias e coletivos que oferecem suporte jurídico, psicológico, técnico e institucional em casos de violência digital.

Evidências e pesquisas recentes

Dados atualizados sobre como a violência digital afeta comunicadoras negras, indígenas, periféricas e afro-latinas, e análises sobre racismo, sexismo e vulnerabilidades tecnológicas.

Reflexões críticas das alunas da formação REPCONE

Relatos e análises produzidas pelas participantes, trazendo suas experiências, aprendizagens, percepções sobre os ataques e estratégias de resistência que emergiram durante a formação.

Apoio psicossocial e cuidados emocionais

Indicações de serviços e práticas de acolhimento para lidar com os impactos da violência digital.

Materiais educativos

Conteúdos que podem ser usados em oficinas, rodas de conversa, atividades formativas e multiplicação local.

Estratégias coletivas

Sugestões para criar redes de proteção entre comunicadoras e fortalecer a segurança comunitária.



3. Sobre a

REPCONE
REDE DE PROTEÇÃO DIGITAL PARA
COMUNICADORAS NEGRAS

A iniciativa REPCONE nasceu diretamente dos relatos de violência digital compartilhados por jornalistas e comunicadoras da Rede de Jornalistas Pretos e da Red de Periodistas Afrolatinos. Ao longo dos últimos anos, casos de ataques de ódio, assédio coordenado, perseguições virtuais, tentativas de silenciamento e exposição de dados sensíveis passaram a surgir com cada vez mais frequência entre as integrantes das duas redes.

Os episódios mencionados revelaram não apenas a vulnerabilidade individual dessas mulheres, mas também a ausência de estruturas de proteção adequadas para comunicadoras negras, indígenas, periféricas e racializadas que atuam no espaço público e desafiam narrativas hegemônicas.

Diante desse cenário, ficou evidente que precisávamos agir. A denúncia isolada não bastava; era necessário construir uma resposta coletiva, organizada e transnacional. Foi assim que surgiu a REPCONE — como um movimento de cuidado, resistência e proteção que parte das próprias comunicadoras, fortalecendo suas condições de segurança digital, jurídica e emocional. A iniciativa se estruturou a partir da escuta ativa dessas experiências, da troca entre Brasil, Argentina, Colômbia e outros países da América Latina, e da compreensão de que a violência digital é uma estratégia para afastar mulheres negras e indígenas dos espaços decisórios da comunicação.

A REPCONE, portanto, nasceu da urgência e da responsabilidade: proteger quem comunica é defender o direito à informação, a pluralidade de vozes e a própria democracia. É um compromisso coletivo de garantir que nossas comunicadoras sigam publicando, denunciando, liderando e transformando seus territórios — sem medo e sem serem silenciadas.

A cartilha reúne ferramentas de resistência, cuidado e fortalecimento — individuais e coletivas — para que comunicadoras possam seguir atuando com segurança e autonomia, mantendo o impacto do seu trabalho no espaço público, tanto digital quanto presencial.

4. Formação REPCONE

Esta coletânea nasce do processo formativo desenvolvido pela REPCONE – Rede de Proteção Digital para Comunicadoras Negras, que estruturou uma formação transnacional voltada a proteção digital, acolhimento psicossocial, estratégias de resistência e construção de redes de apoio entre comunicadoras negras, indígenas, quilombolas, periféricas e afro-latinas.

A formação reuniu especialistas convidadas, pesquisadoras, jornalistas e lideranças comunitárias, articulando conhecimentos práticos, conceitos-chave, estudos de caso e práticas de cuidado coletivo e garantindo diversidade racial, com perspectivas oriundas de diferentes territórios.

Como parte da proposta de replicação territorial da metodologia e do conhecimento obtido através da REPCONE, três lideranças e comunicadoras — de Minas Gerais, Argentina e São Luís do Maranhão — desenvolveram ações próprias em seus territórios, trazendo análises situadas sobre violência digital, comunicação e resistência.

Com atividades interativas locais e mobilização de comunidades, compartilhando práticas de segurança digital e fortalecendo redes de apoio baseadas no cuidado coletivo, suas contribuições demonstram, na prática, como a REPCONE gera impacto, amplia capacidades e inspira novas formas de proteção e atuação no ambiente digital.

As reflexões reunidas nas próximas páginas foram escritas por participantes da formação REPCONE e fazem parte da construção coletiva que sustenta esta cartilha. As vozes dessas comunicadoras, estudantes e ativistas trazem perspectivas situadas sobre raça, território, gênero e tecnologia — dimensões que muitas vezes permanecem invisíveis nas discussões tradicionais sobre violência digital.

Ao incluir seus relatos, análises e experiências, reafirmamos que o conhecimento produzido sobre proteção digital precisa partir das vivências reais das mulheres negras e indígenas que enfrentam ataques, invisibilizações e desigualdades informacionais todos os dias. Estas páginas são, portanto, um exercício de memória, autonomia e fortalecimento, onde cada autora contribui para ampliar a compreensão sobre os impactos da violência e para construir caminhos de cuidado, resistência e futuro.

Como comunicadoras negras constroem redes, memória e proteção digital no ecossistema informacional brasileiro

Integrantes da formação REPCONE – Turma 2025



Aldelize Nascimento

Jornalista e ativista com 18 anos de experiência, atuou em rádio, TV e imprensa, foi diretora da Revista Excllusiva e editora do Jornal Primeira Feira. Tem ampla experiência em assessoria de imprensa e comunicação institucional, trabalhou na Prefeitura de Piracicaba, Câmara Municipal e JHS Advogados. Atua na defesa dos direitos das mulheres e da população negra, integra a Rede de Atendimento à Mulher e coordena o Julho das Pretas no município. Foi Empreendedora Cívica na RAPS e membro de conselhos como o Municipal de Educação, da Mulher e da Comunidade Negra. Coidealizadora do coletivo Mães da Pandemia, voltado ao apoio a mulheres em vulnerabilidade.



I'sis Almeida

Jornalista e especialista em Direitos, Desigualdades e Governança Climática pela UFBA, atua na comunicação há mais de dez anos, profissionalizada desde 2021. É sócia-fundadora e diretora de Jornalismo e Projetos do Portal Black Mídia, midtech de Salvador que utiliza tecnologias sociais e digitais para garantir o direito à informação da juventude negra. Também é editora no Farol da Bahia. Criadora de conteúdo e podcaster no "Se Organiza, Bonita!", projeto de organização pessoal para mulheres negras e pessoas periféricas. Cofundadora da NZILA Produtora, dedicada à reconstrução da memória negra afro-diaspórica por meio do audiovisual documental.

Discutir comunicação digital para e entre a comunidade negra no Brasil exige compreender sua inscrição em uma longa trajetória histórica. O ecossistema informacional negro antecede em décadas as plataformas digitais e se enraíza na tradição da imprensa negra brasileira, responsável por disputar narrativas, afirmar identidades e construir redes políticas desde o início do século XX. Veículos como *O Menelick (1915)*, *Clarim da Alvorada (1924)*, *O Patrocínio (1926)*, *A Voz da Raça (1933)*, *O Quilombo (1948)* e, mais recentemente, a *Revista Raça*, compõem um legado de produção comunicacional que serviu de base simbólica, técnica e política para as redes digitais contemporâneas.

Nesse percurso histórico, **mulheres negras têm sido protagonistas fundamentais**. Elas ocuparam redações, lideraram movimentos sociais, culturais e, principalmente no ambiente digital criaram espaços de acolhimento, resistência, denúncia e autoproteção, frente às múltiplas violências que estruturam as plataformas de racismo, misoginia, lesbofobia, transfobia e gordofobia.

Essas comunicadoras constroem redes de cuidado que ultrapassam a ajuda individual e se convertem em práticas coletivas de liberdade, autocuidado, resistência e de soberania discursiva (Cardozo, 2021).

É nesse sentido que o presente artigo discute inúmeros legados, articulando-os às dimensões da proteção digital, da segurança de dados, do combate à desinformação e das garantias legais de reparação frente à violência racial e de gênero no ambiente online. A análise parte da compreensão de que proteger comunicadoras negras é garantir condições de permanência, liberdade de expressão e pluralidade.

Legados da Imprensa Negra e Redes de Comunicação Contemporâneas

As produções jornalísticas negras do século XX constituíram um campo fundamental de construção de memória, denúncia e afirmação identitária. Esses veículos disputaram sentidos diante de um sistema midiático hegemonicamente branco e elitista, tornando-se pilares para as práticas comunicacionais contemporâneas.

Esse legado se atualiza no ambiente digital por meio de iniciativas como **Blogueiras Negras**, **Portal Black Mídia**, **Geledés**, **Negrê**, **Rede de Jornalistas Pretos**, entre outras. Cada uma dessas experiências opera como dispositivo de visibilidade, curadoria, proteção simbólica e formação crítica.

O coletivo **Blogueiras Negras** é exemplar nesse sentido. O projeto reúne centenas de autoras que escrevem a partir de suas vivências no qual transformou a escrita em instrumento político de enfrentamento ao racismo e à misoginia digital. Ao romper com a lógica da invisibilidade, o coletivo consolidou práticas de escrita colaborativa que ampliaram a circulação de narrativas negras e criou condições concretas de ação política segura.

Inspirado por esses modelos, o **Portal Black Mídia** (antes Black Fem) expande essa lógica ao criar um espaço de memória e circulação de narrativas, especialmente sobre adolescências negras. Sua atuação reduz o isolamento comum frente a ataques digitais, oferecendo camadas coletivas de segurança, apoio, curadoria e legitimidade discursiva.

A fim de ampliar e descentralizar ainda mais essa lógica, a **Rede de Jornalistas Pretos (Rede JP)** lançou em 2025 o Projeto **REPCONE (Rede de Proteção Digital para Comunicadoras Negras)** em nível internacional: é o primeira na América Latina a unir cibersegurança, acolhimento e proteção jurídica para comunicadoras negras, indígenas e quilombolas.

Nesse sentido, como defende Muniz Sodré (2013), a comunicação negra não constitui desvio identitário, mas prática de restituição epistemológica. Trata-se de romper com o universalismo branco que historicamente determinou quem tem o direito de narrar.

Marco Legal e Proteção Digital

É importante destacar que a proteção digital de comunicadoras negras está amparada por um conjunto de legislações que, embora muitas vezes insuficientes na prática, compõem um arcabouço jurídico relevante:

Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014):
define princípios como privacidade, neutralidade e proteção dos dados pessoais, além de possibilitar remoção de conteúdos que violem direitos da personalidade.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018):
impõe regras ao tratamento de dados e limita usos indevidos que exponham mulheres negras a riscos de perseguição, manipulação ou violência.

Lei nº 14.532/2023:
equipara injúria racial ao crime de racismo, ampliando possibilidades de responsabilização para ataques raciais, inclusive em ambientes digitais.

Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), em diálogo com a Lei nº 14.132/2021:
(stalking), abrange violência psicológica e moral cometida por meios eletrônicos.

Esses instrumentos são fundamentais, mas só se tornam efetivos quando articulados às práticas coletivas de apoio, acolhimento jurídico e educação midiática desenvolvidas por redes de comunicadoras negras.

Racismo Digital, Violência de Gênero e Algoritmos

A violência digital contra comunicadoras negras é múltipla: **discursos de ódio, perseguição, ataques coordenados, pornografia de vingança, roubo de dados, manipulação de imagem e campanhas de descredibilização.** Esses ataques não são incidentes isolados, mas expressões tecnicamente mediadas do racismo estrutural (Nascimento, 2022).

O racismo algorítmico aprofunda ainda mais o problema. Estudos da Coalizão Direitos na Rede (2023) mostram que conteúdos produzidos por mulheres negras têm menor alcance devido a vieses embutidos nos sistemas de recomendação. Assim, além de enfrentar ataques, **comunicadoras negras são sistematicamente invisibilizadas pelos mecanismos de recomendação.**

Esse cenário demonstra que a luta pela proteção digital é também luta por equidade racial, reparação histórica e democratização das plataformas.

Redes de Jornalistas Negras: cuidado, apoio e soberania narrativa

As redes de comunicadoras negras funcionam como pilares de autoproteção, formação técnica e resistência política. A exemplo da REPCONE, que atua em diferentes eixos para fortalecer a segurança digital de comunicadoras negras indígenas e quilombolas. Entre suas principais iniciativas estão:

a) Formação e capacitação

Oficinas de segurança digital, protocolos de proteção de dados, alfabetização midiática, checagem e verificação.

b) Apoio jurídico e acolhimento

Acompanhamento de casos de ataques digitais, acionamento de mecanismos legais e suporte emocional.

c) Produção de narrativas

Enfrentamento à desinformação; fortalecimento da representatividade; circulação de conteúdos produzidos por pessoas negras.

Tais redes operam como territórios de cuidado, conceito fundamental para compreender a presença negra no digital. Elas transformam vulnerabilidades individuais em estratégias coletivas de sobrevivência e emancipação.

Desinformação, Fake News e Disputa Informacional

A desinformação é um dos principais mecanismos de ataque contra comunicadoras negras. Campanhas coordenadas tentam descredibilizar suas produções e gerar desgaste emocional e institucional.

O PL 2.630/2020 (PL das Fake News), ainda em debate, busca regular plataformas e responsabilizar agentes que disseminam conteúdo falso. A aprovação de um marco regulatório robusto é central para a integridade do jornalismo e para a proteção de mulheres negras que frequentemente se tornam alvos de ataques organizados.

Além disso, coletivos de comunicadoras negras desenvolvem protocolos próprios de checagem, fortalecendo o jornalismo de interesse público e ampliando redes comunitárias de verificação.

Considerações Finais: legados, redes e futuridades negras

As plataformas e redes de comunicadoras negras – **Blogueiras Negras, Portal Black Mídia, Geledés, Negrê, Rede de Jornalistas Pretos** e tantas outras, não apenas produzem conteúdo: elas constroem territórios de vida, memória e soberania narrativa.

Criam infraestruturas de proteção digital que garantem a permanência de comunicadoras negras no ambiente online, enfrentando desigualdades históricas e disputando o direito de narrar o mundo a partir de suas próprias epistemologias.

A proteção digital é, portanto, dimensão central da justiça informacional, da democracia e da reparação histórica. Garantir que essas profissionais possam existir e produzir no digital é garantir que o Brasil seja capaz de imaginar futuros comunicacionais verdadeiramente justo e plurais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

BRASIL. Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet.

BRASIL. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

BRASIL. Lei nº 14.132/2021 – Crime de perseguição (stalking).

BRASIL. Lei nº 14.532/2023 – Equipara injúria racial ao crime de racismo.

BRASIL. Lei nº 14.532/2023 – Equipara injúria racial ao crime de racismo.

CARDOZO, Glenda Dantas. *Rotas para a liberdade: o ciberativismo de mulheres negras na plataforma Conexão Malunga*. UFBA, 2021.

COALIZÃO Direitos na Rede. Relatórios diversos, 2023.

NASCIMENTO, Ana Paula. *Tecnologias do Racismo: violência, gênero e plataformas digitais*. 2022.

SODRÉ, Muniz. *Claridade do Mundo: Comunicação, Política e Economia*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Portal de exposições do IFCH (acesso em 15/11/2025, às 15h30)

A importância da autopercepção e o poder de ser uma comunicadora negra

Integrantes da Formação REPCONE – Turma 2025



Isabella Nascimento

Jornalista e podcaster. Pesquisadora de comportamento e tendências de Moda. Criadora do podcast "A Chata do Mês" que aborda temas sobre ciclo menstrual, saúde feminina e demais assuntos do universo feminino. Também desempenha o cargo de editora chefe no site de variedades e moda "Las Manas Club". Trabalha há dois anos em gestão pública, elaborando editais de fomento à cultura, na Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro.



Michelle Garcia

Jornalista formada pela Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (FACS UniRitter). Palestrou no XII Seminário de Pesquisa de Jornalismo Investigativo do 20° Congresso Internacional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) com um podcast chamado No Afronte. Redatora no Verifica RS (A Fonte Jornalismo de Dados/Unisinos), iniciativa de checagem de dados e combate à desinformação sobre mudanças climáticas. Finalista de dois prêmios ARI Banrisul, pela Associação Riograndense de Imprensa: 1° lugar em Projeto Especial de Jornalismo (66ª edição) e 5° lugar em Reportagem Multimídia Web (64ª edição).

A Mulher Negra e a Sociedade

Ao longo da história, observa-se que a diferença racial imposta pela branquitude dividiu – e ainda divide – a sociedade de forma profunda. Essa separação, que permanece subjugando o valor e a humanidade dos indivíduos pela cor da pele, apoiando-se em concepções de base equivocada. Como resultado da ação maliciosa herdada dos colonizadores – que visava obter mão de obra barata ou gratuita, buscando apenas o lucro e o poder –, construiu-se fortemente os imaginários coletivos sobre a estrutura social desigual vigente.

Santos (2024) aponta que **"as práticas de discriminação de cunho racial (e/ou injúria) são legitimadas pelo senso comum como fruto da ignorância, no qual a disseminação de acontecimentos violentos reforçam tal prática, nos quais levantamentos estatísticos, assim como estudos acadêmicos evidenciam o tratamento desigual a que os negros estão submetidos na sociedade brasileira que acelera o processo de exclusão social por meio das mídias"**. Isto é, quando há a exclusão de estruturas sociopolíticas a fim de privilegiar sujeitos brancos e colocar grupos racializados em desvantagem, longe das estruturas dominantes, o processo é denominado **racismo estrutural**.

Normalizado e enraizado em nossa cultura, o racismo estrutural colabora com dificuldades em poder desfrutar de uma qualidade de vida, oportunidades de emprego; índice alto de encarceramento em massa da população negra, genocídio do povo preto, violência e vulnerabilidade social, entre outros males. Como fruto desse mal social, as relações socioeconômicas, trabalhistas, institucionais e afetivas sofrem diretamente.

A atuação do racismo estrutural em meio a uma somatória de microagressões é visível ao comparar os dados de pesquisas e observar que grande parte da população negra está em subempregos, executando cargos de subordinação e em situação de vulnerabilidade social. Além disso, vivem em locais com falta de recursos básicos para sobrevivência humana e acesso precário e distante dos grandes centros urbanos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), "a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 53,3%, enquanto a dos homens alcançou 73,2%. Além disso, a informalidade entre elas (39,6%) superou a deles (37,3%), com uma diferença ainda mais significativa entre mulheres pretas ou pardas (45,4%) e homens brancos (30,7%).

Quando caminhamos para um recorte de gênero, o racismo se torna mais maldoso e cruel para a mulher negra na sociedade atual. A desigualdade de gênero faz com que essas mulheres tenham seus sofrimentos acentuados por eventos e decisões tomadas ao seu redor, mesmo sem qualquer participação direta na maioria delas.

As mulheres negras seguem em desvantagem social. Mesmo sustentando a base da pirâmide social, as oportunidades, espaços e níveis sociais ainda são vetados por causa da pele e do gênero. Em 1848, enquanto as mulheres brancas lutavam por seu direito ao voto e outros direitos femininos através do movimento sufragista, pertencente à primeira onda do feminismo. A ativista abolicionista e direitos das mulheres Sojourner Truth, em 29 de maio de 1851, em frente a uma plateia majoritariamente masculina, que decidia se as mulheres deveriam ter a possibilidade opinar ou não por serem frágeis demais, Sojourner levantou a voz e declamou o discurso, imortalizado em obra da autora estadunidense bell hooks que representa até hoje as dificuldades que as mulheres negras enfrentam em seu cotidiano.

> [...] Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu - e eu não sou uma mulher? (hooks, 2020)

O discurso da ativista é ecoado e denuncia até os dias atuais as violências e o peso que a mulher negra carrega ao longo da sua trajetória, independente de status. Suas dores, medos, inseguranças e sonhos não são vistos como relevantes perante à sociedade. Um exemplo que afirma esse ponto, é uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS): entre os diversos fatores que afetam diretamente a saúde mental das mulheres, além dos papéis múltiplos que desenvolve perante a sociedade, também estão **as condições sociais e econômicas, a desigualdade de gênero, racismo, direitos básicos e direito ao lazer.**

A imagem da Mulher negra e seus estereótipos

O corpo da mulher negra, frequentemente subjugado, é simultaneamente representado pela mídia de massa como exótico, hipersexualizado e associado a condições de exploração. Também é recorrente sua caracterização em performances de força física vinculadas a posições subalternizadas, bem como sua exposição a estereótipos que sugerem limitações educacionais e ridicularizam suas formas de expressão.

Essas representações, amplamente reproduzidas pelo senso comum, contribuem para distanciar a figura da mulher negra de sua plena humanidade, de suas necessidades, seu afeto e o seu direito ao acolhimento e ao apoio. Tudo isso resulta em um senso comum pintado pela sociedade através da mídia: **o estereótipo da mulher negra que possui uma força diferente das outras mulheres, que exalta o lado guerreira mesmo quando suas dificuldades muitas vezes são resultado de violências externas, como a preta raivosa.**

Quando expressa de forma sincera a opinião sobre determinado assunto, mesmo quando a maioria da opinião está contrária, uma mulher de fácil acesso que está sempre disponível e passiva a todas as solicitações, seja na sua vida profissional ou pessoal. Todos esses pontos sobre a mulher negra não deixam sobrar espaço para a fragilidade feminina que tanto pintam na mulher branca, pois para hooks (2020, p. 158):

> Mulheres negras são repetidas vezes na mídia como raivosas, agressivas, e más. Esses traços são comumente vistos como provas de que são “megeras”. É um esforço constante para mulheres negras em posição de autoridade afirmar poder e, ao mesmo tempo, desviar das projeções negativas que confirmariam todos os pressupostos de que elas seriam megeras.

Os meios de comunicação são os responsáveis em construir grande parte do imaginário da sociedade e reforçam a imagem da mulher negra atrelada a todos os estereótipos citados anteriormente. Muitas vezes reforça, crenças obsoletas, ignoram a pluralidade de pessoas e a diversidade de corpos.

A voz da Mulher negra na sociedade

Precisamos ter consciência sobre o papel da comunicação e o poder que exerce sobre a sociedade. Rádios, jornais, televisão, conteúdo digital e outros atualmente praticamente desenvolvem a educação dos seus espectadores. Tendo em vista esse processo, precisamos criar mecanismos que lutem a favor da mudança de valores existentes através de lideranças e governanças, culturas organizacionais, políticas e educação que combatam a estrutura do racismo e desigualdade de gênero que existe em nossa sociedade.

A jornalista Maju Coutinho, em seu livro, *Entrando no clima*, aponta uma questão comum a todas as comunicadoras pretas e pardas:

> Quando o negro da pele se revela, Maju se transforma. Eu vi a reação quando foi covardemente atacada na internet por seres de mentes racistas, primitivas. [...] Bastou um tsunami de solidariedade se erguer em sua defesa: primeiro, dos seus colegas jornalistas, e depois de todos os cantos do Brasil. Suas páginas na internet agregaram centenas de milhares de amigos defensores (Coutinho, 2016).

Nos estudos de comunicação, aprendemos uma teoria que pode ser usada a nosso favor para combater o racismo e a desigualdade de gênero. A Teoria da Agulha Hipodérmica ou Teoria da Bala Mágica, que propõe a ideia de que a comunicação de massa atua diretamente sobre o público, afetando sua percepção e comportamento. Ou seja, a teoria da persuasão corresponde ao poder de conteúdos de comunicação de massa influenciarem as pessoas.

Compreendendo sobre os efeitos, muitas vezes perigosos, da teoria utilizada na comunicação de massa em nossa sociedade, ressalta-se a importância simbólica em ocupar espaços nos meios de comunicação e de mídia. É necessário compartilhar o trabalho de comunicadoras negras, dar voz e reconhecimento de maneira justa e digna.

É preciso **dar visibilidade** e celebrar mulheres negras que desenvolvem trabalhos importantes em meio a sociedade, que buscam a disseminação da informação de qualidade, quebra de estereótipos e denunciam o racismo e a desigualdade de gênero. A premiação Jacira da Silva – por exemplo – cumpre um papel importante ao celebrar e homenagear o trabalho de comunicadoras e organizações administradas pelo povo negro, cujo trabalho de comunicação excepcional se dá através de conteúdos informativos e relevantes à sociedade.

Considerações finais

A perpetuação de imagens negativas e o reforço de estereótipos sobre a negritude têm afetado o senso de pertencimento e a autoestima de um pilar da sociedade, que é a mulher negra. Na comunicação, a presença de mulheres pretas e pardas paira à invisibilidade. Contudo, ao subverter esta narrativa podemos fortalecer as nossas identidades e amplificar vozes por todo o país e na América Latina.

O jornalismo desempenha um papel de regulador social, imprescindível para reduzir as violências simbólicas sofridas pela população negra, que se perpetuam de forma deliberada ao interromper sonhos e reduzir vivências únicas a um coletivo. As notícias e outros conteúdos midiáticos refletem diretamente o olhar racista na falta de repórteres, apresentadoras e sobretudo coordenadoras e editoras-chefe em suas redações, produto de uma opressão velada, não dita.

A maneira como o sistema midiático foi estruturado e preservado desde seus períodos formativos mantém, nas grandes emissoras e nos principais veículos de comunicação a centralidade da figura branca – sobretudo masculina – como protagonista e narradora onipresente. Essa configuração distancia tais narrativas da realidade cotidiana da população brasileira, que frequentemente não se reconhece nas histórias veiculadas.

Assim, diante de um contexto tão desigual, devemos lutar pela presença de notícias e reportagens com protagonismo negro e feminino que ultrapassem o enquadramento restrito aos eventos culturais ou a episódios de violência, alcançando os diversos setores da comunicação e assegurando representações plurais, consistentes e contínuas.

Violência Digital de Gênero: A urgência de uma agenda comunicacional interseccional

Integrante da Formação REPCONE – Turma 2025



Lis Lemes de Souza

Lis Lemes é comunicadora com mais de dez anos de experiência em conteúdo, gestão de comunidades e projetos culturais focados em diversidade, inclusão e direitos humanos. Atuou na Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual, liderando campanhas como Falas Vivas e Deu Math, e implementou o programa Diversidade Qualificada, em parceria com o Senac. Foi mediadora do projeto Lugar Q Fala, colaborou com a TV Globo em roteiros inclusivos e liderou estratégias criativas como Community Manager. É reconhecida pela campanha Nice To Meet Me (Prata – Merz Aesthetics Latam) e foi homenageada pela Câmara Municipal do Rio.

A violência digital enquanto fenômeno estrutural e multifacetado assume contornos específicos ao atingir mulheres negras cis, trans e travestis, frequentemente relegadas à invisibilidade nos debates públicos e nas estatísticas oficiais. No contexto brasileiro marcado por cicatrizes históricas de colonialidade, racismo, sexismo e transfobia, essas violências se sobrepõem e potencializam impactos deletérios não apenas na vida individual dessas mulheres, mas na própria vitalidade democrática da sociedade.

A experiência situada de existir e atuar como comunicadora negra e trans – corpo que se faz letra e sujeito político – evidencia, em primeira pessoa, as estratégias de invisibilização, silenciamento e ataque que perpassam o cotidiano digital, sobretudo de quem ousa disputar espaços de poder e narrativa.

A vivência encarnada se apresenta, então, não só como objeto de pesquisa, mas como método e fonte legítima de produção de conhecimento.

Este artigo se propõe a revisitar, de maneira qualitativa e documental, as principais discussões teórico-metodológicas sobre violência digital de gênero, sistematizando dados recentes e tensionando a centralidade de uma agenda interseccional no campo comunicacional. O foco recai nas feminilidades negras – mulheres cis, trans e travestis negras – compreendendo que gênero, raça, classe e identidade de gênero são inseparáveis para a compreensão de suas experiências de violência e resistência.

Partindo de referenciais feministas negros, estudos da comunicação interseccional e da abordagem encarnada na pesquisa, delineio o percurso metodológico, os resultados e as reflexões urgentes para o campo. Ao final, proponho caminhos e pistas para uma agenda comunicacional interseccional, encarnada e ética, comprometida com a defesa das feminilidades negras e com a construção de um ambiente digital verdadeiramente democrático.

Interseccionalidade: Raízes Epistêmicas e Sentidos na Comunicação

A noção de interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw (1989; 2002) e amplificada por teóricas como Patricia Hill Collins, Sirma Bilge, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, parte do reconhecimento de que o entrecruzamento das opressões (raça, gênero, classe, sexualidade etc.) produz experiências e formas de dominação singulares e não redutíveis a uma única categoria. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade permite abordar **"as diferenças dentro da própria diferença"**, tornando visíveis sujeitos tornados invisíveis pelos paradigmas universalizantes das políticas e ciências hegemônicas.

No Brasil, autoras como Gonzalez (1984/2020) e Carneiro (2003) desafiam o mito da democracia racial, evidenciando como a violência contra mulheres negras se forja na intersecção de múltiplos sistemas de opressão. No campo comunicacional, Dayana Melo (2025) e Fernanda Carrera (2021) defendem que uma comunicação verdadeiramente interseccional precisa deslocar o olhar do centro para as margens, ouvindo quem é constantemente silenciado pelas estruturas midiáticas, simbólicas e tecnológicas.

Essa postura encontra na **escrevivência** (Evaristo, 1994) e na **escrita encarnada** (Lucas & Nascimento, 2024; Nicolaiewsky, 2025) modos de produção de sentido que atravessam razão, emoção, subjetividade e biografia, subvertendo o academicismo desencarnado.

Violência Digital de Gênero: Definições, Tipologias e Novos Desafios

A violência digital de gênero abrange quaisquer práticas agressivas, discriminatórias e opressivas direcionadas a mulheres e pessoas LGBTQIA+, mediadas por tecnologias digitais e plataformas online. Incluem-se desde assédio, ameaças, exposição de imagens íntimas sem consentimento, stalking, doxxing, discurso de ódio, deepfakes, uso de bots e sabotagem profissional, até formas refinadas de silenciamento simbólico.

Segundo o Instituto Marielle Franco (2025), estatísticas apontam para a gravidade dos ataques que envolvem, em 71% dos casos, ameaças de morte ou estupro, e referência direta, em 63%, ao assassinato de Marielle Franco. No campo jurídico, a legislação brasileira avançou na proteção contra algumas dessas práticas, incluindo a criminalização da divulgação não autorizada de imagens íntimas, perseguição digital (stalking) e violência psicológica, mas ainda carece de uma abordagem verdadeiramente interseccional e responsiva ao contexto digital contemporâneo.

Feminilidades negras – termo que abarca mulheres cis, trans e travestis negras – estão desproporcionalmente expostas à violência digital, por ocuparem interseções de vulnerabilidade historicamente marginalizadas. A literatura feminista negra, decolonial e LGBTQIA+ sublinha que essas mulheres, ao reivindicarem voz, narração e existência pública, desafiam estruturas que as começaram a negar desde a colonialidade, sendo colocadas em risco acentuado não apenas em suas trajetórias online, mas nas materialidades de seus corpos e vidas.

Dimensões e Tipologias da Violência Digital de Gênero

Segundo o IP.rec e materiais de referência jurídica, **mais de 40 tipos de violência digital de gênero já foram sistematizados,** abrangendo desde deepnudes (divulgação de imagens falsas de nudez) e cyberstalking até discurso de ódio e vandalismo algorítmico. Os resultados da análise documental sugerem que a violência digital contra feminilidades negras assume invariavelmente caráter coletivo, estratégico e profundamente simbólico. Novas modalidades de ataque, como o uso de deepfakes ou bots, são combinadas com práticas centenárias de silenciamento, tentando interditar a produção de narrativas próprias e o acesso a espaços de visibilidade e decisão.

Comunicadoras negras, ativistas e defensoras de direitos relatam que, além do dano individual, as violências têm efeitos cascata. **Entre 2018 e 2022, 67% das mulheres assassinadas eram negras**; nos casos de violência física, **o aumento de notificações foi de 32% na população negra**, contra apenas 6% entre mulheres brancas.

A prevalência de homicídios violentos em via pública, mais comuns entre negras, revela a transposição de violências cotidianas aos ambientes digitais: o espaço público virtual, não raro, se mostra hostil. Estudo do Instituto Marielle Franco (2025) verifica não apenas a dispersão, mas a sofisticação dos ataques direcionados a mulheres negras cis.

Elas ocupam o centro das ofensivas de violência política digital, com ataques sistêmicos e ameaças que evocam o assassinato de Marielle Franco enquanto estratégia de intimidação para todas que reivindicam espaço público e político. Mulheres negras cis relatam abandono, solidão e sobrecarga mental, como ilustrado nos relatos do REPCONE e da Rede JP.

A violência digital contra mulheres negras trans e travestis

O Brasil figura, há 16 anos consecutivos, como o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Segundo o Dossiê ANTRA (2024), 122 assassinatos de pessoas trans foram registrados em 2024, sendo o perfil predominante de jovens negras, nordestinas e empobrecidas, mortas em espaço público e de crueldade.

Dados qualitativos do DataSenado e análise documental demonstram que, além da letalidade, **mulheres trans e travestis sofrem intensamente violência moral, psicológica e sexual no ambiente digital**, com episódios frequentes de exposição e humilhação. A violência digital adiciona uma camada de vulnerabilidade, já que se manifesta em múltiplas frentes.

Mesmo diante de conquistas jurídicas, como a inclusão das mulheres trans na Lei Maria da Penha, o desconhecimento de instrumentos de proteção é alto; apenas seis de 21 entrevistadas afirmaram conhecer bem as medidas de proteção, e a percepção de efetividade dessas políticas permanece limitada. Os testemunhos destacam a urgência de proteção interseccional, dado que 78% das vítimas de transfeminicídios em 2024 eram negras, e vários casos estão associados a ativismo ou visibilidade em redes sociais.

O que se vê, portanto, é um **ciclo de marginalização, exposição digital, violência simbólica, culminando em violência letal, cujas raízes são o racismo e transfobia estruturais do contexto brasileiro.**

É preciso responsabilizar Estado, setores legislativos, plataformas digitais e a sociedade civil na defesa ética e política de mulheres negras e grupos LGBTQIA+ na esfera comunicacional. A formulação dessa agenda é, desde já, tarefa coletiva e situada, que convida todas as pessoas comunicadoras, pesquisadoras e ativistas a encarnar, também, a urgência de novas narrativas, práticas e políticas.

Comunicação Interseccional: Caminhos e Ações Encarnadas

O lançamento do e-book da Rede JP/REPCONE e o início de iniciativas como o ComuniHub marcam o surgimento de estratégias coordenadas de cibersegurança, acolhimento psicossocial e apoio jurídico para comunicadoras negras, indígenas e quilombolas. Estes espaços convergem escrita encarnada, produção de dados e ações coletivas contra a solidão e o abandono das comunicadoras negras.

O **Manual Antirracista para a Comunicação Digital**, também lançado pela Rede JP, apresenta diretrizes e práticas para uma comunicação mais inclusiva, diversa e antirracista, que se propõe a re-significar as culturas institucionais dos meios digitais e combater os vieses e estereótipos racializados que alimentam a violência de gênero nas redes.

A violência digital de gênero, em sua radicalidade, revela o funcionamento articulado de racismos, misoginias e transfobias que estruturam as sociabilidades brasileiras e globalizadas. Feminilidades negras – mulheres cis, trans e travestis – figuram no centro e na linha de frente dessas dinâmicas, devido à sobreposição de marginalização, histórica e atual, no ambiente digital e offline. Este artigo se constrói a partir do corpo-letra, da escrevivência e da escuta de redes e coletivos que lutam, diariamente, para manter vivas as narrativas, vidas e sonhos de comunicadoras negras e trans.

O quadro apresentado exige, com urgência, uma agenda comunicacional robusta, interseccional e enraizada no debate público, que conjugue políticas públicas, responsabilidade das plataformas digitais, produção participativa de dados e investimento em ações coletivas de cuidado, acolhimento e cibersegurança.

Relatórios do DataSenado, sumários do Programa Atena e documentos técnicos da Antra declaram explicitamente: a inexistência de dados oficiais não apenas invisibiliza, mas constitui forma de violência institucional, impedindo a formulação de políticas públicas específicas. Estados com menos notificações de violência contra a população trans, muitas vezes, não são menos violentos, mas mais omissos na produção e divulgação desses dados.

Essa ausência é potencializada pela negligência na caracterização racial nos registros de violência contra a mulher e pela escassez de estatísticas oficiais sobre travestis e mulheres trans negras. Produzir dados e visibilizar as narrativas dessas populações se converte, assim, em forma de resistência.

Considerações finais

Finalizo este artigo ofertando não somente dados, mas saber, tempo e memória. Meu rosto trans, negro, de família nordestina, filha de mãe solo, fruto de políticas públicas e cria do Morro do Caneco, honro minha trajetória como comunicadora em campo de retomada. A 'res-crescrevivência' é, aqui, ferramenta de insubmissão, recusa de retroalimentação de estereótipos e apagamentos, celebração das alianças múltiplas que me sustentam e me impulsionam a escrever.

Que possamos seguir afirmando que proteger as vidas que educam e informam e que surgem das margens e bases, é proteger os pulsos da democracia.

Pontuações sobre violência digital de gênero:

Integrante da Formação REPCONE – Turma 2025



Pensilvânia Neves

Doutora em Direito Público/UFBA. Mestre em Direito, Estado e Constituição/UnB. Monitora do GP Quilombismos e Feminismos/UFBA. Tutora do Curso de Especialização em DH/UFBA. Co-organizadora do livro "Direito, Raça e Políticas Afirmativas: Quilombismo e Feminismos". Autora do livro "Espelho D'água e Visibilidade: a prática dos direitos humanos em um contexto de desordem". Especialização em Direito Administrativo - Cândido Mendes/CEJAS. Coordenou o CECI - Centro de Cidadania do curso de Direito/Unifacs. Graduada em Direito pela Universidade Salvador/Unifacs. Desenvolve atividades na área de Cidadania e Direitos Humanos, enfocando as seguintes temáticas: Direito, Liberdade, Diferença, Efetividade, Direitos Humanos.

Ó, ora! Põe seus dedos exaustos na madeira trincada d'Aurora. – Deixa-me a ouvir,
O que vem depois.
Instante.
(Gestos. As palavras voam para cima. pn)

Inevitavelmente, quanto tratamos da questão de gênero em um ambiente racialmente saturado, com enquadramento traumático do perigo, é justo indicar as imbricações da violência, de modo que as desigualdades sociais estruturantes se sobrepõem, convergem, se entrecruzam. Sendo assim, sem prejuízo do meio que se destaca neste texto introdutório, qual seja, o cibernético-digital, há que se apontar que à violência digital de gênero também concorre a brutalidade racial, especializando e especificando, dentro deste universo comunicacional, a trajetória de singularidade do afrofeminismo[1]. A violência digital de gênero, sob este espectro, é, também, **violência racial**, portanto. E a demanda racial produz violência digital exponencial para as mulheres negras[2].

A violência digital de gênero se constitui em uma demanda com espelhamento tanto local quanto global, afinal a internet traz a fluidez do espaço e também do tempo, de modo que a projeção do problema em rede, do que a REPCONE exemplifica, dinamiza uma visibilidade necessária. Tanto assim que a ONU, por meio da UNFPA[3], alerta para a necessidade de uma proteção mais efetiva das usuárias desde a tomada da decisão na articulação da tecnologia que é disponibilizada ao consumo.

Dentro de uma perspectiva sistêmica, considerando a distinção risco/perigo, as empresas de tecnologia, na tomada de decisão/risco, precisam estar atentas ao perigo/resultado que pode afetar, considerando as desigualdades estruturantes gênero e raça, em processo mais profundo de vulnerabilidade, as mulheres em geral e as mulheres negras em dimensão apropriada, quanto a violência digital a que estão expostas no exercício regular de uma atividade laboral[4].

Embora estejamos destacando a violência de gênero na esfera digital, importa dimensionar a questão de forma menos isolada, no amplo processo de naturalização e desumanização que sustenta uma sociedade com problemas graves de representação, dominação e desigualdade[5] que sujeita as mulheres, potencialmente as mulheres negras, reitero, **não apenas ao locus da invisibilidade, mas traz consequências concretas relativas à renda, às oportunidades de trabalho e à psiquê** .[6]

A essa questão da saúde mental, vamos destacar mais amiúde. Tem-se, como assinala Raquel Gouveia Passos[7], um prumo rumo à medicalização de corpos, que trago, aqui, com a ressalva da conexão que me cabe tecer com o controle e as sujeições sociais no que se refere à violência digital, entendendo que há um nexo entre esta violência e o adoecimento de mulheres negras que transitam na mídia como comunicadoras exigindo mais ainda uma robustez nas duas pontas convergentes: da proteção e da segurança.

Temos, em prejuízo do bem estar de um grupo social específico, historicamente desnivelado, a produção recursiva do trauma, acobertado pelos limites da racialização, que traduz gênero em inimizade, sobretudo se o imaginário recai sobre as mulheres negras. É sabido que o comprometimento da liberdade como escolha produz sofrimento e adoecimento psíquico, um ciclo vicioso que impacta os dados sociais: é um quadro crônico de ansiedade sócio-coletiva decorrente da incapacidade de melhoria de vida (moradia, renda, nível educacional, lazer, exposição à força estatal).

Imagine-se esse quadro de privação acoplado, também, à violência digital impactando no bem estar das mulheres comunicadoras negras; também elas sendo induzidas à medicalização, a tornar uma questão estruturante e interseccional em demanda individual, como se o “problema” fosse ela. Daí a urgente e apelativa necessidade de se construir uma rede apropriada, ativa e tecnologicamente avançada que de fato proteja as mulheres negras em mais esse feixe de precariedade. Por isso, importa problematizar navegação segura e privacidade, antirracismo e resistência, direitos humanos (uma gramática tão cara e tão rara!), afrofeminismo, proteção jurídica, protocolos de resposta. Enfim, erguer uma rede segura e eficiente como a REPCONE se propõe agir e interagir.

1 Seja como aquilombamento, seja como perspectiva epistemológica, seja como movimento e transformação sociais, seja como fração de evidenciação de violências de gênero.

2 Quando falamos da violência contra a mulher, elencamos, segundo a lei, mais de um tipo de violência implicativa. Valho-me, nesse intento, do que descreve a Lei Maria da Penha, destacando as seguintes condutas lesivas ao bem estar de mulheres, enfatizando a sobrecarga destes tipos sobre as mulheres negras. Sendo assim, para além da agressão física, há a violência patrimonial, psicológica, moral e sexual. A violência racial e a violência digital podem, inclusive, integrar essa lista e se constituir igualmente em tipologia adequada "aos novos tempos" (considerando as amarras do mito da democracia racial), podendo, o digital, se constituir também em meio, em um território, onde a violência se processa. Cf. Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), Título II. Disponível em https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 29 de outubro de 2025.

3 A UNFPA, Fundo de População da ONU, é a agência que pauta a igualdade e a saúde sexual e reprodutiva de gênero. Cf. https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817092. Acesso em 28 de outubro de 2025. A agência recomenda que a empresas de tecnologia estejam atentas à segurança desde à concepção dos produtos que comercializam até a responsabilização por danos às/aos usuárias/os decorrentes do uso. Informa igualmente que dados confirmam a ampla disseminação de violência contra a mulher no meio digital, com níveis mais elevados na América Latina, África e Oriente Médio, sendo 85% uma faixa razoável de ofensas online tabuladas a considerar. A agência Patrícia Galvão informa que, no Brasil, com dados de 2018, a SaferNet anotou 16.717 denúncias de crimes virtuais contra a mulher. Já a Helpline informa que as mulheres foram maioria nos atendimentos por exposição de imagens íntimas (66%) e cyberbullying e ofensas (68%). Cf. https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/violencia-de-genero-online/. Acesso em 27 de outubro de 2025.

4 É possível relatar condutas ilícitas relativas a cyberstalking, cyberbullying, doxxing, discurso de ódio e misoginia que afetam o cotidiano comum da prática das comunicadoras negras, mas também que se acopla na saúde mental destas comunicadoras, no que se exige a potência e efetividade de uma rede de proteção digital dada a desproporcionalidade com a qual as comunicadoras negras são de fato afetadas pela violência. Mas, há uma gama de possibilidades de agressão facilitada pela fluidez das plataformas digitais, ainda mais diante das dificuldades de punição quando se está diante do anonimato e de uma proteção legal deficitária ou inexistente. Por isso, a importância de constituição de redes de proteção a quem desenvolve atividades usando esta interface.

5 Fixe-se, nesse sentido, que as desigualdades estruturantes ou interseccionais, condicionam, constroem, estruturam as relações sociais, relações de poder, de modo tal que se naturalizam, de forma que o "susto" provocado pelo deslocamento da cor do lugar baixo do despejo, como diria Carolina Maria de Jesus, para o de comunicadora, de advogada, de professora e pesquisadora universitária, de jornalista, gera reação. Tem-se, então, uma dupla violência: aquela, do despejo já, e aquela produzida pelo deslocamento [indesejado] do despejo que abrange todas as falcatruas acoitadas no toldo da violência.

6 Violência psicológica, destacada nas relações sociais, que conclui a breve abordagem aqui proposta, tem projeção de proteção na já recomendada Lei Maria da Penha, bem como está resguardada no Código Penal, no Artigo 147-B. O CP também trata de outras violências listadas na nota 2, assim: Arts. 138 a 140 (Honra, incluindo injúria); Art. 147 (ameaça); art. 147-A (Stalking); Art. 218-C (divulgação de imagens).

7 Cf. Em tempos sombrios, vamos falar de saúde mental. Disponível em https://diplomatique.org.br/em-tempos-sombrios-vamos-falar-de-saude-mental/. Acesso em 26 de outubro de 2025.

Autopercepção negra e o poder da comunicadora como ato político

Integrante da Formação REPCONE – Turma 2025



Créditos: Jackeline Soares

Silvinia Pereira de Souza Pires

Comunicadora negra e professora da rede pública há mais de 30 anos, é mestranda em Governança e Transformação Digital pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisa as áreas de políticas públicas, gestão educacional, governança tecnológica e implementação da Lei 10.639/03, sob orientação do Prof. Dr. George França. Foi vereadora por dois mandatos em Araguaína–TO, tornando-se a primeira mulher negra, sindicalista e de esquerda eleita na cidade. Atualmente, é Secretária de Comunicação da CUT Tocantins, atuando na defesa de direitos sociais e na ampliação das vozes negras nos espaços públicos.

A autopercepção negra enquanto processo subjetivo, político e epistêmico, constitui um elemento fundamental para compreendermos a construção das identidades, narrativas e formas de atuação das mulheres negras no Brasil contemporâneo. No campo da comunicação, esse processo se torna ainda mais central, pois é através da linguagem oral, escrita, visual ou digital que sujeitos historicamente silenciados disputam sentidos, afirmam a existência e produzem conhecimentos próprios.

O papel da comunicadora negra é reflexo desse movimento, ao reconhecer as vozes que possibilitam atravessar as estruturas de poder, memórias ancestrais e práticas de resistência que reconfiguram o espaço comunicativo e ampliam possibilidades de governança democrática, inclusive no ambiente digital.

Ser comunicadora negra no Brasil é um processo de atravessamento, memória e coragem. É caminhar entre identidades que foram negadas e possibilidades que historicamente estiveram cerceadas. A autopercepção negra nasce como um despertar íntimo e ancestral como escreve Bianca Santana, o momento que “o vento bateu no meu cabelo e eu senti: agora eu me vejo” (Santana, 2015, p. 27).

Autores e autoras negras têm contribuído para essa reflexão a partir de múltiplas perspectivas. Neusa Santos Souza (1983) analisa o “torna-se negro” como processo de consciência e reconstrução da própria imagem. Souza, demonstra que a negritude não é um dado biológico, mas **uma construção em processo contínuo de consciência racial e reconstrução da própria imagem**, como a pessoa se enxerga diante de uma sociedade construída para negar e inferiorizar identidades negras.

Essa autopercepção conduz a mulher negra a assumir sua voz e compreender o lugar de protagonismo da própria história. Reconhecer-se negra e lutar contra a narrativa hegemônica, é sobretudo **se afirmar como sujeito político.** É ter a possibilidade de romper o silenciamento e reivindicar a existência, e transformar dor em discurso. Nesse momento, a comunicação deixa de ser mera transmissão de mensagens e se torna um ato político de resistência, reafirmando que **toda autopercepção negra é também um exercício de poder, consciência e transformação coletiva.**

A minha experiência como comunicadora negra nasce da necessidade de disputar narrativas em espaços onde nossas vozes sempre foram silenciadas. Ao longo da minha trajetória política, sindical e educacional, percebi que comunicar não é apenas falar, mas enfrentar estruturas que tentam definir quem pode ser ouvido e quem deve permanecer invisível. Essa percepção tornou-se ainda mais evidente quando compreendi que a minha voz não representa apenas a mim, mas uma coletividade marcada por apagamentos históricos e pela urgência de existir com dignidade.

É nesse contexto que a reflexão de Bárbara Carine Pinheiro, em *Descolonizando Saberes*, se torna fundamental ao revelar que as formas de produzir e validar conhecimento no Brasil carregam marcas profundas da colonialidade. Quando Carine afirma que “descolonizar o saber é descolonizar o olhar” (Pinheiro, 2020, p. 33), ela ilumina a dimensão política da comunicação exercida por mulheres negras, mostrando que nossa fala desafia hierarquias, rompe silenciamentos e reinsere epistemologias que foram sistematicamente excluídas.

Assim, a minha atuação como comunicadora negra se amplia: não se limita à expressão pessoal, **mas transforma-se em ato de resistência, reposicionamento e reivindicação de espaço na produção do conhecimento**, inclusive nos ambientes de governança e transformação digital.

Essa perspectiva de descolonização dialoga diretamente com os caminhos da autopercepção negra descritos por autoras como Neusa Santos Souza e Bianca Santana.

Se minha voz hoje ocupa espaços de enfrentamento e construção coletiva, é porque antes percorri o processo de consciência que Souza denomina tornar-se negro, entendido como a reconstrução da própria imagem diante de um sistema que tenta negar nossa identidade, e essa reconstrução é também o que fortalece a comunicadora negra para ocupar o espaço da palavra com firmeza e legitimidade.

Já Bianca Santana evidencia o momento íntimo e transformador dessa descoberta ao narrar que “o vento bateu no meu cabelo e eu senti: agora eu me vejo” (Santana, 2015, p. 27). Esse sopro simbólico que também atravessa a minha história marca o instante em que a identidade deixa de ser fragmentada e a ancestralidade se apresenta como guia. Como afirma Souza, “o negro precisa apropriar-se de um discurso sobre si” (Souza, 1983, p. 45). E foi exatamente essa necessidade que me atravessou: precisei criar minha própria narrativa, mesmo quando o mundo insistia em negar a minha existência.

Reconhecer-me nesse movimento significa compreender que minha percepção racial orienta a maneira como me situo nas relações, nos discursos, nas disputas e nas análises. É essa lente que me permite perceber a importância de disputar narrativas, de reivindicar visibilidade e de ocupar espaços onde a ausência de mulheres negras ainda é tratada como regra. **A comunicadora negra, nesse sentido, não surge para preencher um vazio, mas para questionar por que esse vazio existiu e como pode ser, finalmente, superado.**

Perceber-me como mulher negra também significa identificar como essas redes moldam oportunidades de fala, participação e influência. É por isso que a comunicação exercida por mulheres negras, ao entrar no campo digital, ultrapassa a dimensão simbólica e assume caráter estratégico: **ela questiona estruturas, reivindica espaços de decisão e interfere na forma como a própria sociedade se governa.** Assim, minha atuação nesse campo reforça que consciência racial e presença comunicativa são elementos inseparáveis quando se pensa uma governança capaz de incluir, representar e transformar.

Nesse contexto, a governança e a transformação digital tornam-se dimensões essenciais para compreender a potência da comunicadora negra no mundo contemporâneo. A forma como plataformas, algoritmos, sistemas informacionais e estruturas digitais organizam visibilidade e legitimidade interfere diretamente na circulação das narrativas.

Referências bibliográficas

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Descolonizando saberes: mulheres negras na ciência. Salvador: Letramento/UFBA, 2020.

SANTANA, Bianca. Quando me descobri negra. São Paulo: SESI-SP Editora, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Conhecer para transformar: formas de combate à violência contra comunicadoras negras

Integrante da Formação REPCONE – Turma 2025



Vitória Souza

Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Integrante do setor de Comunicação da ONG Sertão Vivo. Atua em assessoria de comunicação. Tem como linha de pesquisa: Memória e Cultura.

As mulheres negras são maioria no uso da internet , ainda que o acesso esteja restrito a uso de franquias (Soares, 2025). Tal fato impacta todos os setores trabalhistas, em especial o Jornalismo, por ter caráter midiático e multiplataforma. Nesse sentido, o uso intenso de dados também constitui-se de um fator determinante para a vulnerabilidade. Baldin (2025) destaca:

> A violência contra jornalistas no Brasil revela uma crise profunda que vai além das agressões físicas: inclui assédio digital, censura institucional e precarização econômica, muitas vezes legitimados por lideranças políticas. Para compreendê-la, é necessário um olhar interdisciplinar que entenda a segurança de comunicadores de forma ampla, física, psicológica, digital e financeira, considerando tanto ameaças concretas quanto percepções de risco. Essas ameaças estão enraizadas em disputas de poder e se manifestam por meio de vigilância, ciberataques, discurso de ódio e manipulação simbólica.

Os aspectos aqui citados carecem de políticas públicas para maior avanço na discussão e evolução de boas práticas que protejam as minorias, principalmente mulheres negras. **A raça e gênero são fatores determinantes para a experiência no meio digital** (Soares, 2025).

Quanto à participação efetiva no meio jornalístico, as mulheres negras conquistaram direitos tardiamente, nos meados do século XX (Barbosa, 2025). Esse fato chama atenção para a dificuldade de inserção desse público minoritário em espaços de poder. Por outro lado, percebe-se a resistência com a criação de veículos voltados especialmente para mulheres e negros.

Entre as iniciativas promovidas, destaca-se a atuação da Rede de Jornalistas Pretos, que ofereceu em setembro de 2025 uma formação em cibersegurança, totalmente online e gratuita. No curso, convidados relataram suas experiências pessoais e forneceram informações válidas para o exercício da profissão. Entre as dicas, se destacam quatro ações:

- **adoção de postura profissional;**
- **formação de rede de apoio;**
- **obtenção de conhecimento jurídico;**
- **cuidados com a segurança digital;**

A postura profissional implica em impor-se, ou seja, não demonstrar fraquezas ou ser conivente com qualquer tipo de desrespeito, seja de nível inferior ou superior. Isso evita situações vexatórias e previne atos semelhantes oriundos de outras pessoas. A formação de rede de apoio fornece segurança e pode ser útil, em casos de prestar socorro e/ou garantir testemunhas para processos. Ademais, fornece apoio psicológico e emocional. O conhecimento jurídico ajuda a evitar situações de risco, além de possuir ciência sobre atos ilegais de exposição, assim como proceder corretamente. Medidas de segurança digital abrangem cuidados como a autenticação de dois fatores.

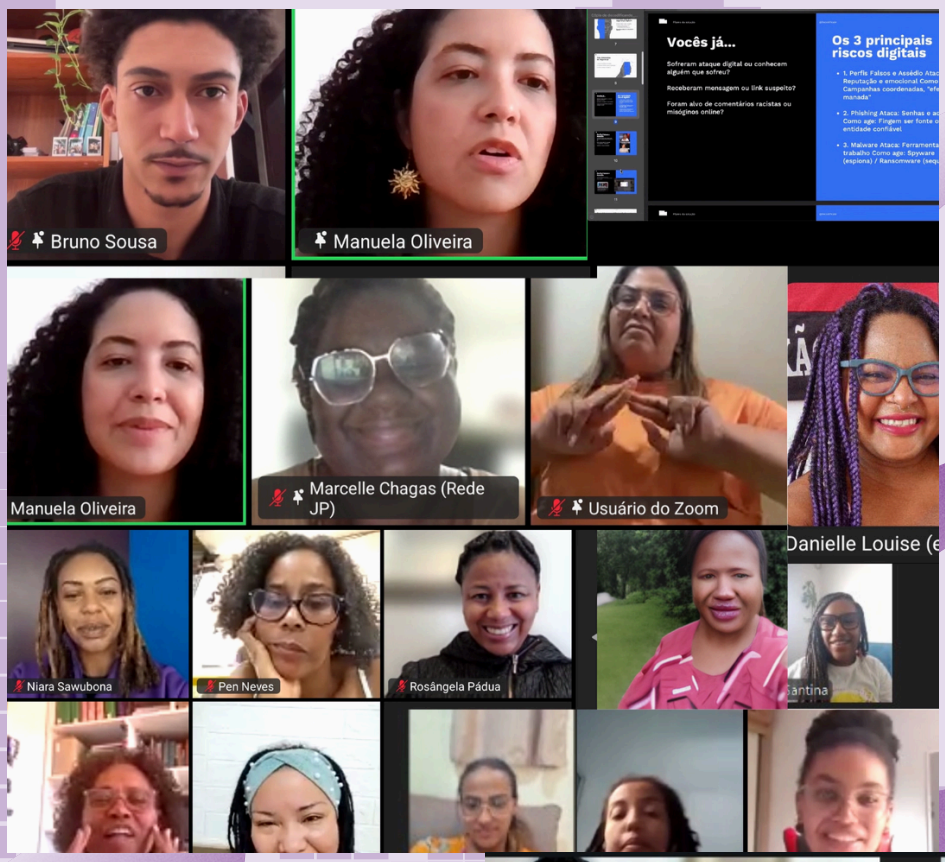
Referências bibliográficas

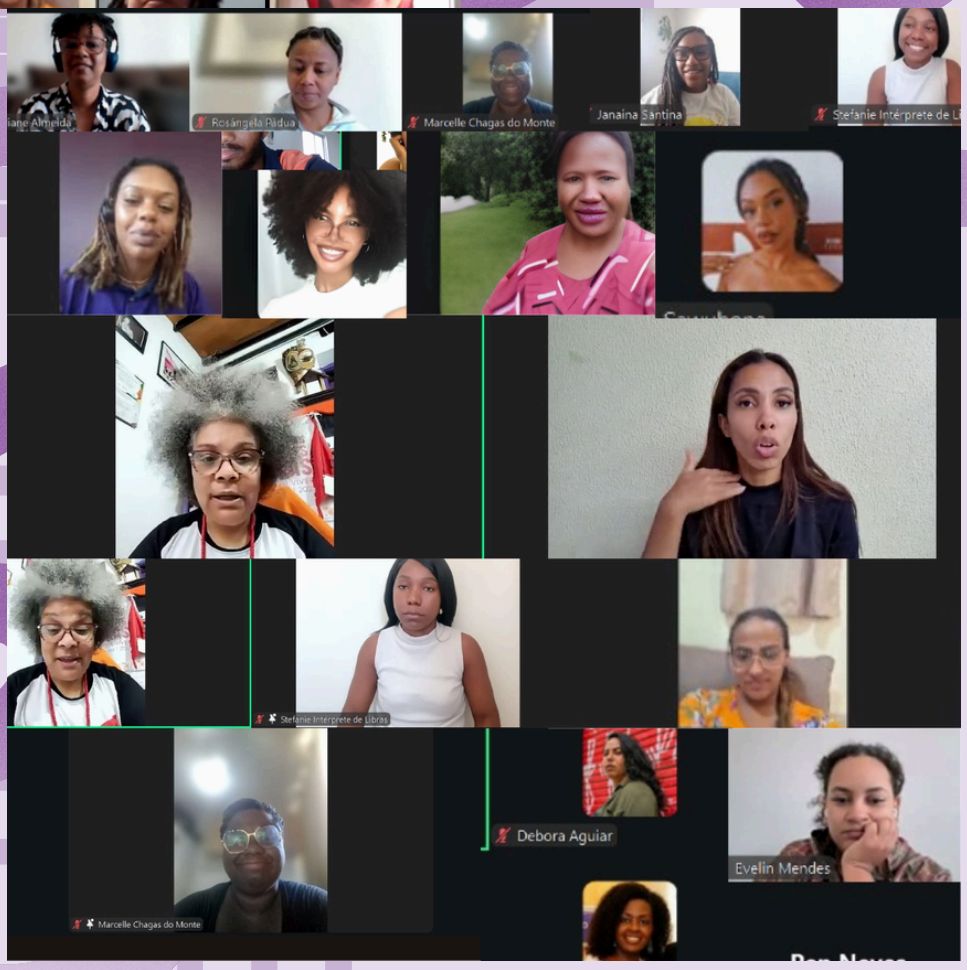
BALDIN, Vitória Paschoal. Por um pensar em movimento: uma proposta para investigar violência contra comunicadores, censura e liberdade de expressão no Brasil. INTERCOM, 2025.

BARBOSA, Paula Silveira. Mulheres jornalistas: em busca de espaço exclusivo ou excludente?. INTERCOM, 2025.

SOARES, Mariana Gomes da S. Mediatização e conectividade: características da digitalização no Brasil a partir da experiência das mulheres negras. INTERCOM, 2025.

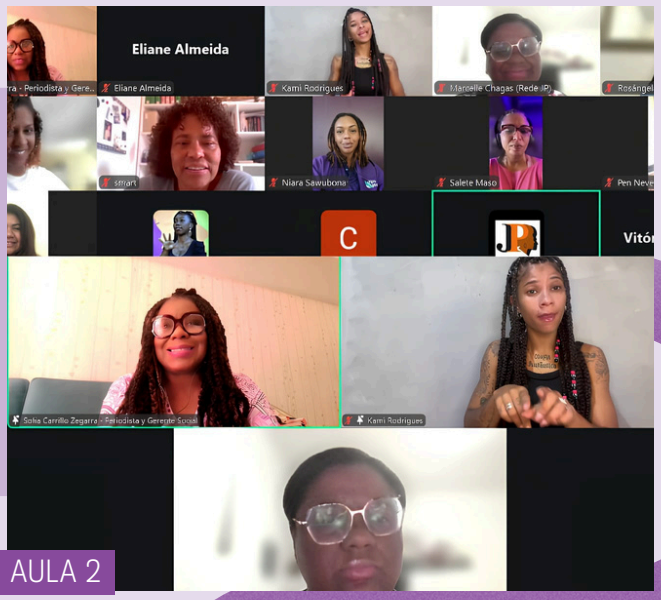
FORMAÇÃO REPCONE



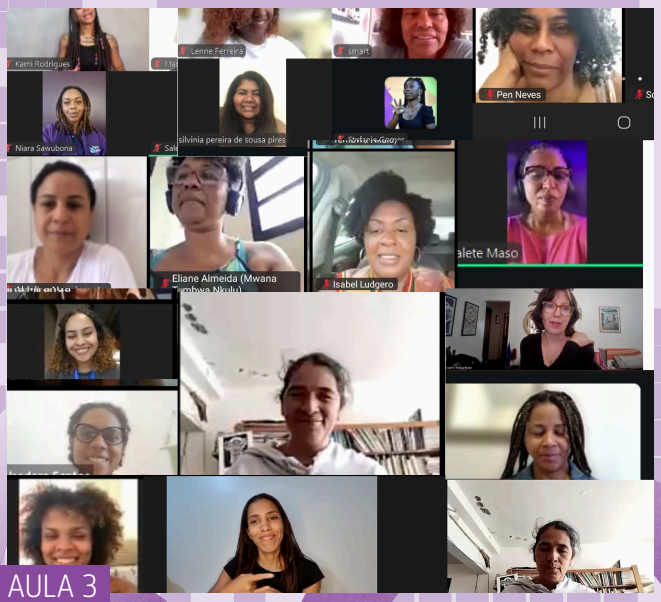




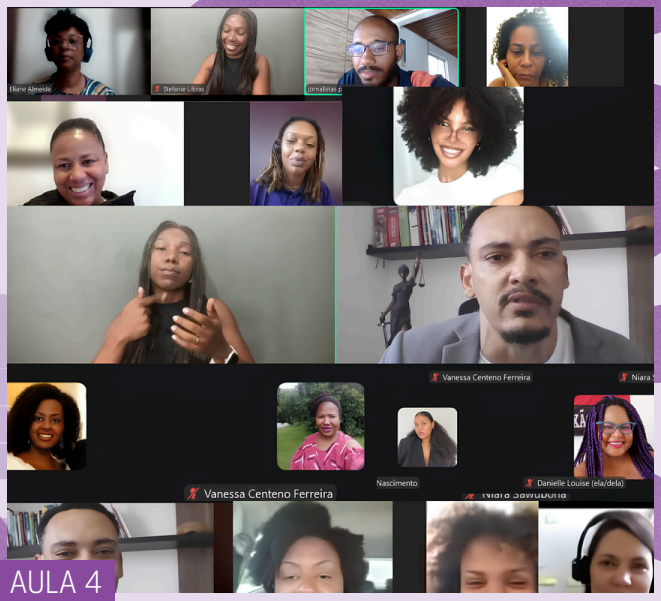
AULA 1



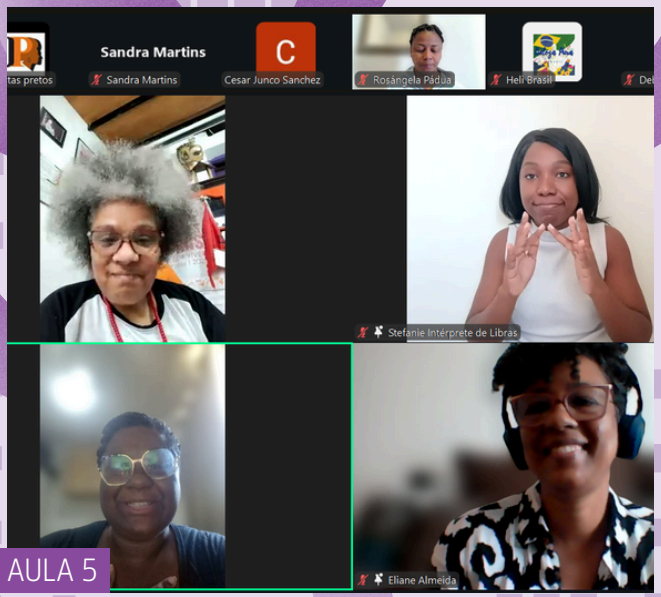
AULA 2



AULA 3



AULA 4



AULA 5



AULA 6



+ de 40 mulheres de toda a América Latina reunidas!

Brasil:

Região Sudeste: 18

São Paulo: 13
Rio de Janeiro: 5

Região Nordeste: 12

Bahia: 7
Pernambuco: 2
Piauí: 2

Região Norte: 7

Tocantins: 4
Acre: 3
Pará: 1

Distrito Federal - Brasília: 3

América Latina:

Perú: 2
Argentina: 1

Autonomia e resistência no ciberespaço: O Racismo digital e o aquilombamento das mulheres negras

Articuladoras locais – Mini Grant REPCONE



Danielle Louise

Maranhão, Brasil

Jornalista e cofundadora/diretora de comunicação do MAI – Mulheres Aprendendo Inglês, com mais de 10 anos de experiência em jornalismo sindical, comunicação popular e independente.



Eliane Eulálio

Buenos Aires, Argentina

Fundadora e líder do AfroColectivo Migrante de La Matanza, advogada e ativista pelos direitos humanos e contra o racismo estrutural e a xenofobia que afetam a população afro-migrante na Argentina e mentora de programas de inclusão com organizações do país.



Niara Sauwbona

Minas Gerais, Brasil

Diretora social na OSC AMBAC e diretora de meio ambiente da UCR (União das Culturas de Rua) e atuante na base comunitária em Congonhas, fazendo a ponte entre instituições e a comunidade.

A urgência na proteção das comunicadoras negras no Brasil encontra no conceito de articulação pela segurança digital uma resposta estruturada e vital. A articulação conjunta em territórios brasileiros como Maranhão e Minas Gerais, além da Argentina, revelou que **o exercício da comunicação é triplamente fragilizado:** pela escassez de recursos, pela carência de formação técnica e, de forma mais insidiosa, pela insegurança digital que recai especificamente sobre as jornalistas negras.

Em tempos em que a internet se tornou extensão da vida real, essas profissionais seguem enfrentando velhas violências em novos territórios. A roda de conversa sobre segurança digital abriu espaço para refletir sobre como o racismo, a misoginia e a violência de gênero se manifestam nas telas, e como a autoproteção online é uma forma urgente de resistência e preservação da própria vida. Essa necessidade de não enfrentar o virtual sozinha é o que impulsiona a criação de redes como a Rede de Proteção Digital para Comunicadoras Negras (REPCONE), iniciativa da Rede Jornalistas Pretos (Rede JP).

A raiz da insegurança digital é a percepção clara da dominação branca e capitalista sobre os dados e as plataformas virtuais. Como as próprias comunicadoras questionam: “De quem são as regras que definem o que é visível ou silenciado nas redes?” E por que filtros de redes sociais “embelezam” nos embranquecendo?

Essa consciência é o primeiro passo para pensar em autonomia digital e soberania dos dados negros, reconhecendo que o racismo se atualiza em códigos, algoritmos e plataformas. Sim, somos digitalmente colonizados.

Medo de Falar e a Colonialidade Digital: Por Que a Articulação é Necessária

Entre as participantes das oficinas, **o receio da exposição é um sintoma do peso social que pune a voz da mulher negra, tanto no espaço físico quanto no digital.** Esse medo é fruto de um sistema que busca o silenciamento. Muitas relataram que evitam se posicionar ou compartilhar conteúdos sobre raça, política ou espiritualidade afrocentrada, por receio de represálias ou julgamentos.

A violência digital é agravada pela **falta de conhecimento e intimidade com técnicas básicas de segurança digital.** Em territórios periféricos e interioranos, essa lacuna é ainda maior. Termos como autenticação em dois fatores, criptografia ou gestão de senhas soam distantes pois as formações disponíveis raramente dialogam com a realidade das comunidades, onde o acesso à internet é limitado e os aparelhos são compartilhados.

Além disso, pessoas que abordam sobre questões de segurança digital costumam ser não-negros e não ter letramento racial. Essa exclusão tecnológica tem um corte nítido de raça, gênero, idade e território, sendo especialmente grave entre mulheres adultas e mais velhas, que carecem de domínio sobre privacidade e vigilância online.

A dimensão da violência de gênero digital contra mulheres negras chega ao extremo quando elas **atuam como comunicadoras em momentos de crise e denúncia**. Mulheres negras que denunciam o genocídio da população negra – como as que registraram e divulgaram o horror da chacina na Penha, no Rio de Janeiro, ocorrido na última semana – não apenas vivenciam o trauma, mas **sofrem reviolências digitais (ataques, perseguições e tentativas de silenciamento) por falarem**. Lembrando que é em meio a esse tipo de situação que elas são ainda mais atacadas.

É urgente a estruturação de redes de proteção, pois a subestimação das violências digitais pode ignorar as profundas marcas emocionais e sociais que elas deixam, especialmente no contexto de hipervisibilidade do corpo negro misturada à pressão por performance nas redes.

O Aquilombamento digital: Estratégia coletiva de segurança

Diante desse cenário é necessário o **aquilombamento** como estratégia de segurança digital. Proteger-se, nesse contexto, é articular-se digitalmente: **criar redes de confiança, partilhar saberes de segurança (como cuidar das senhas) e, sobretudo, não enfrentar o virtual sozinha.** O quilombo se reinventa como um espaço de abrigo, escuta e partilha tecnológica. A experiência das comunicadoras, somada ao panorama global de violência, demonstra que é imperativo estruturar apoio:

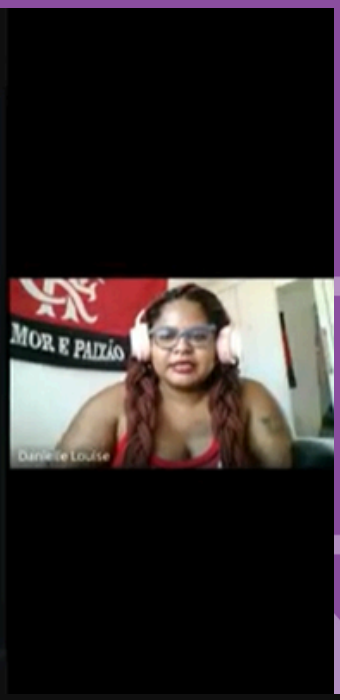
1. **Fundos e Políticas de Segurança:**
   O futuro Fundo Nacional de Comunicação Popular deve ter uma linha prioritária para a Segurança Integral, focada em apoiar iniciativas de articulação e proteção, custeando infraestrutura tecnológica de proteção e o fornecimento de apoio jurídico e psicossocial emergencial.

2. **Reconhecimento Legal e Apoio Institucional:**
   É vital que o Estado brasileiro, assim como a Argentina fez com a Lei 27.736 (Lei Olímpia) – que sanciona a violência de gênero digital –, acelere o reconhecimento e a aplicação de leis que protejam esses grupos vulneráveis.

Fica evidente que falar sobre segurança digital é também falar sobre autonomia, pertencimento e poder. Mais do que proteger contas, trata-se de proteger narrativas; mais do que evitar invasões, trata-se de garantir que a pessoa negra possa existir inteira – com voz, com corpo e com afeto – também no ambiente digital. A articulação digital não é apenas uma metáfora, mas a **tecnologia da resistência.**

ATIVIDADES MINI GRANT
Danielle Louise

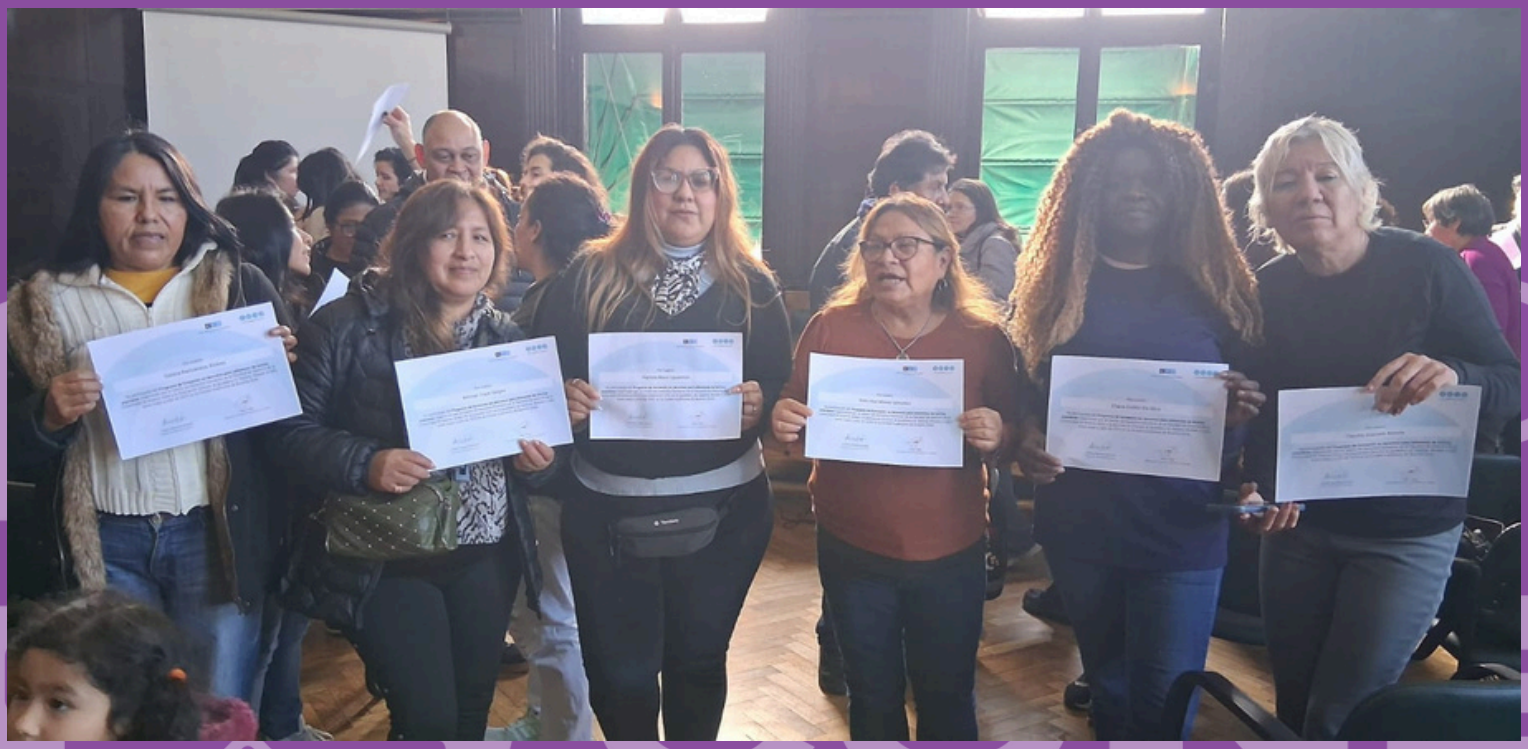






ATIVIDADES MINI GRANT

Eliane Eulálio







ATIVIDADES MINI GRANT
Niara Sauwbona





Quando pessoas pretas não têm apoio e acesso a ferramentas de proteção, das tecnologias ancestrais às mais atuais, vozes importantes deixam de ecoar.

Em tempos em que a internet se tornou extensão da vida real, mulheres negras seguem enfrentando velhas violências em novos territórios.

Partilhar sobre segurança digital traz espaço para pensarmos sobre como o racismo se manifesta também nas telas — e como a autoproteção online é uma forma de resistência. Mas, não precisamos estar sós.

Pensando nisso, Niara e Abena trazem o aquilombamento como tecnologia ancestral de proteção

Niara é agente cultural, líder comunitária, terapeuta e instrutora de Kemetic Yoga. Cria do Alto Cruzeiro, Congonhas.

Abena é mulher africana em diáspora, mãe e co-fundadora da biblioteca africano centrada REDUAU, em Conselheiro Lafeite.



PEGA A VISÃO!

Não é sua culpa quando a violência acontece: busque apoio, salve evidências e denuncie.



Aya nas ruas -
artivismo com lambe lambe

Produção: Niara Sawubona Castro. Cartilha criada a partir da formação REPCONE, da JP - Rede de Jornalistas Pretos.



5. Entendendo a violência digital de gênero

A violência digital de gênero é qualquer ação de violência, abuso, ameaça ou intimidação cometida, facilitada ou amplificada por tecnologias digitais, direcionada a uma pessoa por conta de seu gênero e, frequentemente, atravessada por raça, território, classe e identidade sexual. Trata-se de uma forma contemporânea de violência que afeta diretamente jornalistas, comunicadoras e mulheres com voz pública, com impactos graves sobre sua segurança, saúde mental e liberdade de expressão.

Segundo a UNESCO, essa violência envolve comportamentos como **perseguição online, ameaças, assédio sexualizado, discursos de ódio, ataques racistas e misoginia, exposição de dados pessoais (doxxing) e campanhas coordenadas para silenciar mulheres e meninas no ambiente digital.** É parte do fenômeno mais amplo da violência baseada em gênero e da desinformação direcionada.

Como ela se manifesta:

Com base no Newsroom Policy Guide to Fight Online Harassment da WAN-IFRA WIN, ataques podem incluir:

- Ameaças diretas e mensagens violentas
- Cyberstalking, trolling, insultos, ataques direcionados e sexualizados
- Doxxing, como exposição de endereço, número de telefone e dados privados
- Discriminação com base em raça, gênero, orientação sexual ou religião
- Campanhas de desinformação e manipulação pública para atacar reputações
- Impersonação, deepfakes e manipulação de imagens

Quem é mais atingida

O relatório aponta que **mulheres, especialmente jornalistas negras, indígenas, LGBTQIA+ e comunicadoras de territórios vulnerabilizados, são alvos mais frequentes e mais brutais desse tipo de violência.**

s agressões são também mais sexualizadas e violentas, e muitas vezes incluem ataques raciais, xenófobos ou discriminatórios.

Impactos sobre a comunicação e a vida profissional

A violência digital tem *efeitos profundos:

- 50% das jornalistas mulheres reduzem sua visibilidade online
- 38% se autocensuram, evitando temas sensíveis
- 20% abandonam completamente a interação digital

*Dados citados na introdução do guia WAN-IFRA, p. 3

Esses impactos revelam que a violência digital opera como uma ferramenta de silenciamento, restringindo o acesso das mulheres ao espaço público e à esfera democrática de comunicação.

Por que isso importa

Essa violência não é apenas um ataque individual: ela afeta o direito coletivo à informação, compromete o jornalismo, reduz a diversidade nas redações e fortalece estruturas de desigualdade já presentes fora do digital. Quando uma comunicadora silencia, toda a comunidade perde parte da sua voz.

Antes de detalhar os tipos de violência digital, é importante compreender que essas agressões **não acontecem de forma aleatória**. Elas são impulsionadas por dinâmicas sociais e políticas que se reproduzem no ambiente digital, onde desigualdades de gênero, raça e classe ganham novas formas de expressão.

Plataformas digitais ampliam a capacidade de disseminação de ataques, tornam os danos mais rápidos e visíveis e permitem que grupos organizados atuem com coordenação, anonimato e impunidade. Isso transforma a violência digital numa ferramenta eficaz de silenciamento, vigilância e intimidação contra comunicadoras que ocupam espaços públicos ou desafiam discursos dominantes.

Além disso, a violência digital de gênero costuma operar através de padrões repetitivos, nos quais **ataques isolados se acumulam e se retroalimentam**. Um comentário ofensivo pode evoluir para perseguição sistemática, ameaças, difamação ou exposição de dados pessoais – algo frequentemente observado em casos analisados por organizações internacionais e também pelo REPCONE.

Esse efeito cascata faz com que a violência digital não seja um evento pontual, mas um processo contínuo de desgaste emocional e profissional, que interfere na autoestima, na produção de conteúdo e na permanência dessas mulheres no debate público.

TIPOS DE VIOLÊNCIA DIGITAL:

Assédio on-line

Condutas abusivas realizadas por meio de palavras, textos ou comportamentos que causam danos à integridade física ou psíquica.

- **Cyberbullying, trollagem e ameaças online**
- **Discurso de ódio e desinformação em plataformas de mídia social.**
- **Assédio baseado em imagens/ compartilhamento não consensual de imagens íntimas**
- **Deepfakes gerados por IA**
  imagens sexualmente explícitas, pornografia deepfake e imagens, vídeos ou áudios digitalmente manipulados.

Cyberstalking

Crime de perseguição e assédio constante a alguém na internet.

- **Doxxing**
  publicação de informações privadas.
- **Stalking online ou vigilância/ rastreamento para monitorar as atividades de alguém.**
- **Catfishing e personificação.**
- **Redes misóginas**
  machosfera, fóruns incel.

Fontes:
Fascículo - Violência cibernética contra as mulheres/ Portal Gov.br
ONU Mulheres

O que as mães africanas estão dizendo sobre tecnologia, segurança digital e direitos:



Niara Sauwbona

Participante selecionada do Mini-Grant REPCONE. É líder comunitária, terapeuta integrativa e instrutora de Kemetic Yoga. Diretora Social da AMBAC e de Meio Ambiente da UCR, atua com iniciativas de cultura e fortalecimento territorial. Pesquisadora da história e cultura africana, orienta sua prática pelo conceito 3P — Preto, Popular e Periférico.



Kelly Cristine ou Abena Afena

É mãe, esposa e mulher africana em diáspora. Idealizadora da Biblioteca REDUAU, biblioteca africano centrada, junto com Marcony Silva. Moradora da cidade de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.

Quando pensamos em tecnologia, precisamos lembrar: ela é uma criação humana, e nós – povos africanos na diáspora ou no continente – **sempre fomos criadores de tecnologia.** Desde as antigas civilizações do Nilo, as ferramentas que desenvolvemos tinham propósito, equilíbrio e espiritualidade.

Mas hoje, nossas ferramentas parecem mais nos observar do que nos servir. Tentamos proteger nossos dados num mundo cada vez mais invisível, em que tudo é **monitorado**, gravado e vendido. E é por isso que precisamos conversar sobre **direitos digitais, segurança e consciência Afrikano-Centrada**.

Temos muitos direitos e deveres que podem ser usados ao nosso favor, mas infelizmente os aplicativos das plataformas de streaming e redes sociais não estão isentas de racismo e outras violências.

Colonialismo digital e epistemicídio:

O colonialismo não acabou – ele apenas se reinventou. Amos Wilson, no livro Violência Preta contra Preto, nos mostra como o sistema faz com que a gente internalize a violência e a replique em nós mesmos. E isso também acontece nas redes sociais. Os algoritmos reproduzem o racismo estrutural, invisibilizam corpos negros e alimentam a competitividade e o ódio entre nós. Então o que é mais sugerido para nós?

Que criemos um novo espaço virtual que seja nosso, onde pessoas pretas criem e usem a rede de dados de uma maneira saudável. Isso não pode estar longe de acontecer, afinal de contas já existem aplicativos e plataformas de streaming que foram criadas por nós.

Amos Wilson também aponta que **o povo negro é tratado como consumidor por excelência** – raramente como criador. Mas se temos **consciência** disso, podemos inverter o jogo.

Não basta usar aplicativos e redes feitos por outros – precisamos criar nossos próprios espaços digitais, nossos próprios aplicativos e plataformas, que r**espeitem nossa ancestralidade, nossos valores e nossa forma de viver.**

E isso já está acontecendo: existem tecnologias negras surgindo em vários lugares do mundo, mostrando que nós também podemos dominar o código, o dado e o design. Marimba Ani nos lembra que “sua cultura é seu sistema Ou seja: se não estivermos centrados nos nossos valores, vamos continuar sendo infectados por um sistema que não foi feito para nos proteger.

E essa é uma reflexão essencial: **como fortalecer nossa imunidade cultural num mundo digital adoecido?** São boas referências para trazer pra realidade do quanto é importante essa discussão ser do nosso protagonismo.

Então, só posso sugerir que a rede social, querendo ou não, é um local onde não estamos seguros. Existem cyberbullying, cancelamento e linchamento, entre outras violências e violações virtuais. Mas existem formas básicas de proteger nossos dados, mesmo que a gente seja leigo no assunto. Como brincamos que a internet é terra sem lei, aqui darei algumas ideias e dicas para que você possa utilizar de forma consciente seus dispositivos e seus dados.

Anota aí! Aqui vão as nossas dicas:

Privacidade e proteção de dados:
O direito à privacidade e o tratamento seguro de dados pessoais são garantidos por leis como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Segurança contra fraudes:
Empresas são obrigadas a proteger dados, principalmente financeiros, e usuários têm direito à proteção contra golpes e invasão de dispositivos (Lei nº 12.737/2012)

Proteção de contas:
Use senhas fortes, com combinações de letras, números e símbolos. Ative a autenticação de dois fatores para uma camada extra de segurança.

Navegação segura:
Use sites confiáveis e verifique se possuem certificado SSL (o ícone de cadeado na barra do navegador). Evite redes Wi-Fi públicas para transações importantes, pois são mais vulneráveis.

Acesso à informação e comunicação:
Inclui a liberdade de expressão, mas com responsabilidade, e o direito de acessar e compartilhar informações de forma ética, citando os autores quando necessário.

Direitos autorais:
O uso ético da informação, respeitando as leis de direitos autorais, é um direito e um dever.

Dados pessoais:
Tenha cuidado ao compartilhar informações pessoais e sensíveis. Verifique as políticas de privacidade dos sites e aplicativos. Configure as opções de privacidade nas redes sociais para restringir quem pode ver suas publicações e localização.

Proteção de terceiros:
Não compartilhe dados pessoais ou imagens íntimas de outras pessoas sem a devida autorização.

Mas você sabia que a segurança digital e direitos online referem-se à proteção de dados e privacidade na internet? Aqui a gente viu algumas dicas e informações que podem e devem ser usadas no nosso dia a dia para que a gente use a rede social de forma mais correta. A informação de dados é muito importante, portanto nunca passe sua senha e seus dados pessoais para ninguém que você não conheça. Ou para sites que são duvidosos. Eu sugiro também **utilizar a VPN, que mascara sua identidade virtual (IP) e protege seus dados pessoais evitando rastreios.**

No mais, eu diria que saia um pouco da internet e leia um livro. Busque conexões reais. Existem muitos textos que dizendo o quanto é importante usar as redes sociais de forma segura, ao mesmo passo que existem muitos vídeos de pessoas te dando fórmulas mágicas da paz pra estar consumindo.

A forma mais saudável de estar na rede é usando ela ao seu favor – ou, como na sugestão acima, criarmos nossa própria rede social. É sua própria segurança digital. Enquanto isso, se ainda não aconteceu, vá ler um pouco e descubra as tecnologias incríveis que a gente já criou além da rede.

Talvez o caminho mais seguro ainda seja se desconectar por um tempo - quanto tempo? **Busque observar e ouvir os sinais que seu corpo e mente dão.**

Ler um livro, conversar com a comunidade, criar espaços nossos – digitais e presenciais – que nos curem em vez de nos consumir.

A internet pode ser um instrumento de libertação, mas só se for usada com consciência.

Por isso, nosso convite é: **vamos transformar a tecnologia em território nosso.**

6. Evidências e pesquisas

Esta cartilha se apoia em dados e estudos recentes que demonstram a gravidade da violência digital e o impacto direto que ela tem sobre comunicadoras, especialmente mulheres racializadas e jornalistas que atuam no espaço público.

- A UNESCO define a chamada "violência de gênero facilitada pela tecnologia" (TF-GBV) como atos de violência «cometidos, auxiliados ou amplificados por meio de ferramentas digitais, causando dano físico, sexual, psicológico, social, político ou econômico» (unesco.org).

- Segundo relatório da UNESCO "Measuring online violence and harassment against women journalists in Latin America", uma pesquisa em contas do Twitter analisou 66 jornalistas de Argentina, México, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Nicarágua, além de entrevistas com 28 jornalistas alvo de ataques online (unesco.org)

- Em âmbito global, um levantamento identificou que aproximadamente 73% das jornalistas afirmaram ter sofrido violência online no curso de seu trabalho (unesco.org).

- A violência digital também se revela como estratégia de silenciamento político: ataques coordenados foram identificados com participação de atores políticos ou motivados por campanhas de desinformação (SDG Action).

- A violência digital atinge com intensidade maior comunicadoras que se identificam com múltiplas interseccionalidades — raça, gênero, orientação sexual, ativismo ou visibilidade pública. (unric.org)

Essas evidências reforçam que não se trata apenas de incidentes pontuais, mas de um padrão estruturado que afeta a liberdade de expressão e a presença de voz de mulheres comunicadoras, particularmente aquelas que desafiam estruturas racistas, machistas e periféricas.

7. Reflexões críticas

A nova língua do poder: autopreservação e pacto narcísico na era da IA



Nayara Fernandes, Fellow Cambrigde
Texto por autora convidada do REPCONE

Editora de Audiência Sênior no g1, em São Paulo, onde atua há quase uma década o mercado de grandes redações. Pós-graduada em Jornalismo Internacional pela PUC-SP, é especialista em unir jornalismo, estratégias digitais e análise de dados. Com um trabalho marcado pelo foco em justiça social e diversidade, foi reconhecida e eleita uma das Jornalistas Negras Mais Admiradas do Brasil.

Quando a autora do *Pacto da Branquitude*, Cida Bento, trouxe para o centro do debate algo que muitos já percebiam, mas poucos nomeavam (uma rede de conexões não verbalizada que mantém o poder concentrado em uma elite masculina e branca), ela falava, sobretudo, do mercado de trabalho e das instituições brasileiras.

Mas o alcance desse conceito é muito mais amplo. O pacto de que fala Cida não se limita às fronteiras do país, muito menos a um período histórico: ele se adapta a diferentes contextos, assumindo novas formas de autopreservação em cada campo onde há domínio, prestígio e produção de conhecimento.

E qual seria hoje o terreno onde todas essas peças se articulam em uma corrida por poder senão o das **tecnologias emergentes**?

O que muitos apelidam de "nova corrida espacial e tecnológica" é, na verdade, a repetição de uma disputa política: **quem define as regras da inovação, quem controla as infraestruturas digitais e quem se beneficia delas?**

Bem no centro dessas esferas de poder, a ânsia em compreender os diversos modelos de Inteligência Artificial reflete, com assustadora precisão, **o pacto narcísico** descrito por Bento.

Um pacto que reaparece em escala global quando observamos quem detém a capacidade de definir o futuro da IA: as mesmas empresas, as mesmas universidades, os mesmos corpos.

Isso é visível quando os chamados “barões da tecnologia” posam ao lado de **Donald Trump** em uma mesa de reunião durante seus primeiros dias de posse enquanto presidente dos EUA, simbolizando a aliança entre poder político e poder de dados.

Mas também se revela nos bastidores, nas linhas de código e nas estruturas corporativas.

As empresas que lideram o desenvolvimento de IA **(Google, Meta, Microsoft, Amazon e OpenAI)** compartilham não apenas o domínio tecnológico, mas **trajetórias quase idênticas de seus executivos** que circulam pelo Vale do Silício.

Enquanto isso, **ao Sul Global cabe minerar o lítio que alimenta os data centers**, rotular as bases de dados que treinam os modelos e testar os produtos “beta” de tecnologias lançadas no Norte. No Peru, por exemplo, comunidades inteiras convivem com a poluição e o esgotamento de recursos naturais provocados por empresas que fornecem lítio para as big techs.

Durante o projeto **“Investigating Platforms”**, trabalho que desenvolvi com outros pesquisadores na Universidade de Cambridge, realizamos um mapeamento visual das redes de poder que moldam a Inteligência Artificial no mundo, com base nos 100 nomes mais influentes da área, segundo a TIME Magazine.

A metodologia partiu da lista **“TIME100 Most Influential People in AI (2025)”**. Cada pessoa foi associada às empresas e instituições com as quais mantém vínculos – Google, OpenAI, Microsoft, Meta, Anthropic, DeepSeek, entre outras. Ao converter essas relações em um gráfico de rede, criamos uma visualização circular que revela, de forma empírica, o que Cida Bento descreve como pacto da branquitude: **uma constelação fechada de prestígio, reciprocidade e autopreservação.**

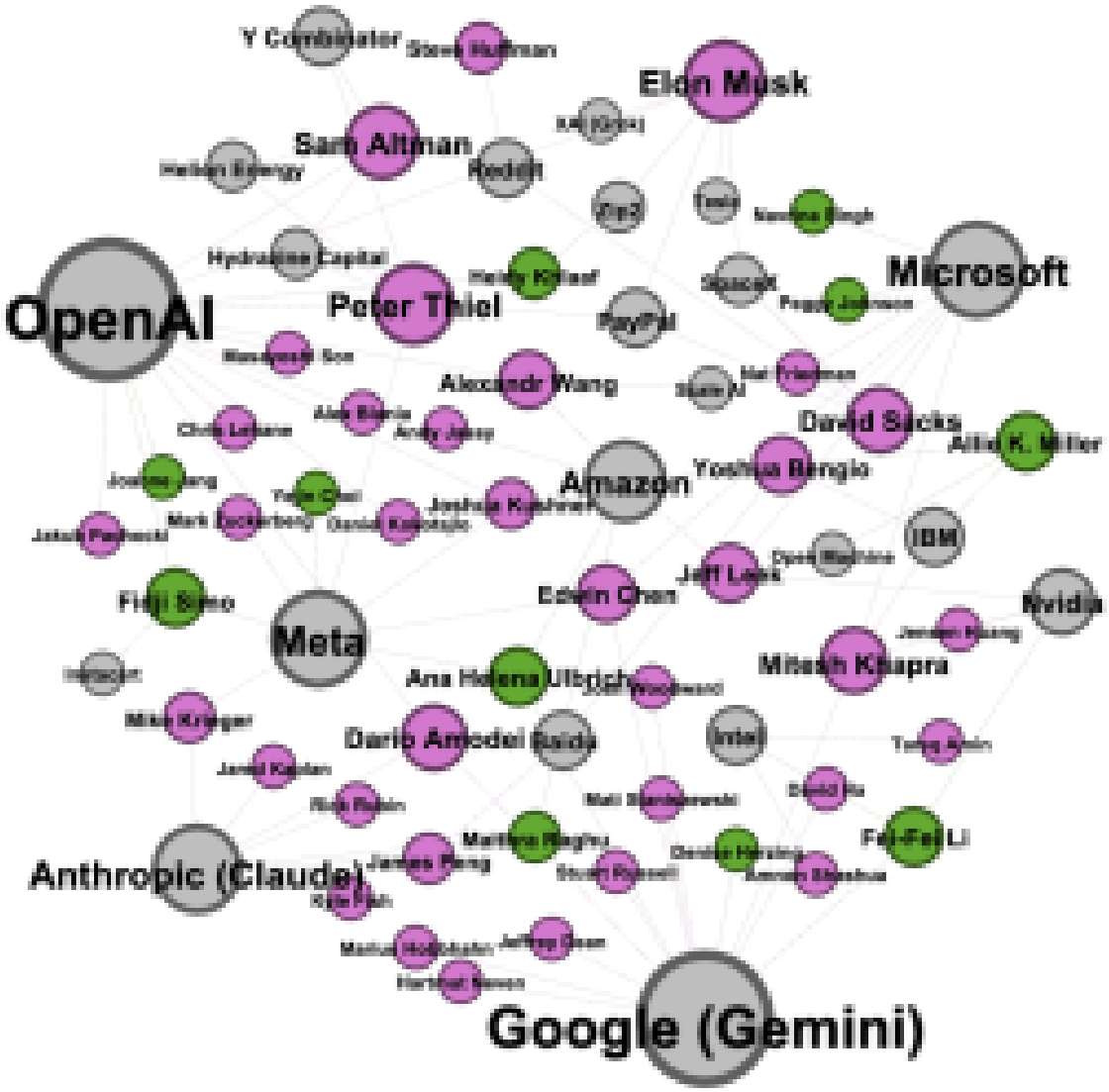


Gráfico: **Periferias do algoritmo**
Autores: Eden Flaherty, Haider Yutim, Nayara Fernandes, Valentyna Urtan, Xuefei Yang

As conexões mostraram **uma concentração massiva de nós em torno de poucas corporações centrais.** Executivos como Sam Altman, Elon Musk, Peter Thiel e Alexandr Wang surgem interligados por múltiplas arestas – uma elite que circula entre conselhos, startups e investimentos cruzados.

Os clusters formados confirmam a hipótese de redes corporativas que funcionam como **clubes de poder digital**, onde a mobilidade se dá entre iguais.

A lógica lembra as antigas elites empresariais analisadas em **“They Rule”** (Josh On, 2001): pequenas interseções de diretórios corporativos que controlavam vastos setores da economia.

A diferença é que agora **o poder circula em torno do código: quem o escreve, quem o financia e quem o regula.**

E onde estão as mulheres?

Elas aparecem nas periferias dos gráficos: **em clusters menores, distantes do centro**, muitas vezes conectadas por um ou dois laços mediadores.
Mesmo entre os cem nomes mais influentes, nenhuma ocupa a densidade de conexões de figuras como Sam Altman ou Dario Amodei.

A própria visualização evidencia a hierarquia: **as mulheres e os profissionais do Sul Global aparecem nas bordas, quase como notas de rodapé de um sistema que ainda as mantém fora da sala onde as decisões são tomadas.**

O resultado não é apenas um retrato da concentração de poder, mas **um espelho da estrutura social que a IA herda e reproduz.**

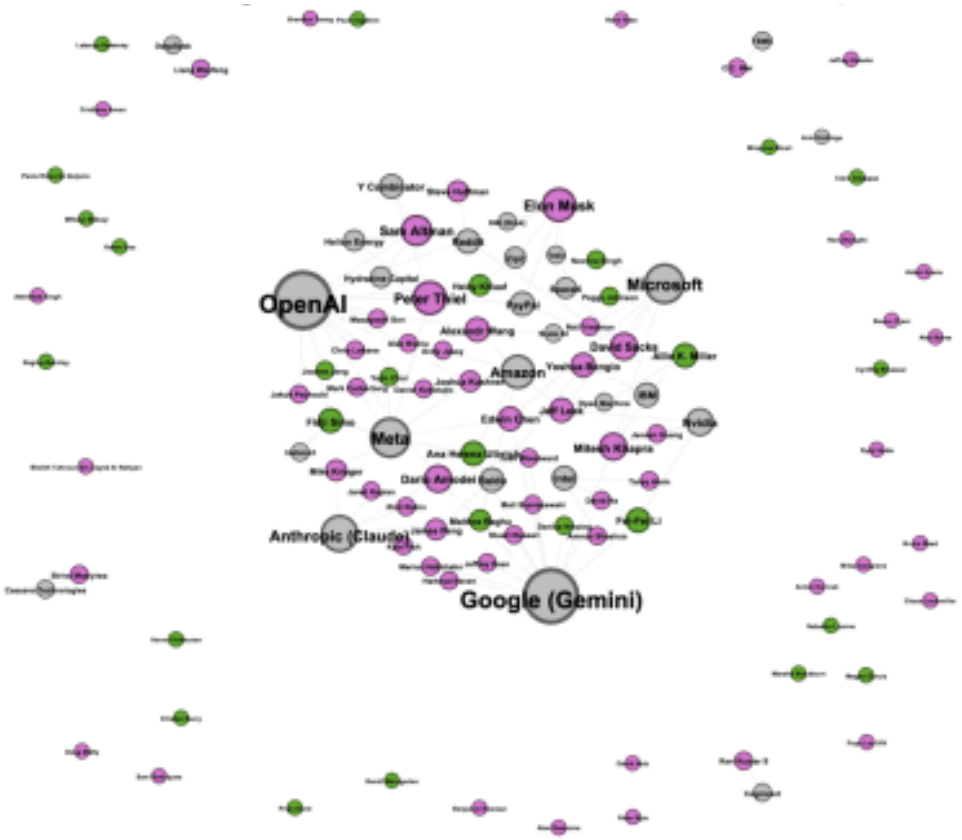


Gráfico: Periferias do algoritmo
Autores: Eden Flaherty, Haider Yutim, Nayara Fernandes, Valentyna Urtan, Xuefei Yang

O código, nesse sentido, se torna mais do que uma sequência de instruções: **é um documento político** que define quem é visto como “gênio”, quem é tratado como “mão de obra” e quem continua invisível, mesmo quando está entre “os mais influentes”.

Aqui, é importante frisar, que não se trata de uma representatividade vazia. O desafio, na realidade, é **compreender como as estruturas de poder se reconfiguram dentro das tecnologias emergentes**, moldando o que é visto, valorizado e reproduzido nas plataformas que informam o mundo.

Na comunicação, essa urgência é ainda maior.

Enquanto parte das redações ainda debate se a Inteligência Artificial vai “matar o jornalismo”, quem mais repete essa sentença são justamente os que participam de workshops, rodadas de investimento e grupos estratégicos sobre IA, quase sempre compostos pelos mesmos perfis que moldaram as estruturas anteriores.

Ignorar o código, hoje, é o verdadeiro **analfabetismo digital**, uma forma moderna de exclusão que se disfarça de neutralidade tecnológica. Não é o jornalismo que está em risco, mas a nossa capacidade de **falar a nova língua do poder.**

Comunicação feminista em rede



Ana Carolina Araújo, Instituto AzMina

Texto por autora convidada do REPCONE

Ana Carolina Araújo é jornalista e mestra em Comunicação e Cultura Contemporânea, investigando Transparência Pública e Dados Abertos. Atualmente, pesquisa o uso de dados no jornalismo visando a equidade de gênero. No Instituto AzMina, é gestora de programas e projetos, à frente das áreas de tecnologia e enfrentamento à violência, além de coordenar o MonitorA, observatório de violência política de gênero, e a plataforma de monitoramento legislativo Elas no Congresso.

A comunicação é um elemento-chave na constituição do movimento feminista como conjunto de sujeitas políticas. Quando comunicadoras negras, indígenas e quilombolas ocupam espaços para contar histórias, contestar narrativas hegemônicas e denunciar violências, não estão apenas informando, mas disputando poder. Para nós, comunicar profissionalmente é uma decisão de resistência e enfrentamento a estruturas perpetuadoras de opressão, silenciamento e exclusão. E por isso **nos tornamos alvos**.

AzMina nasceu como uma revista em 2015 (hoje somos também uma Organização da Sociedade Civil) e, desde então, decidimos fazer jornalismo feminista sem disfarces. Na época, e por muitos anos, nosso trabalho foi lido como menos sério ou profissional por sermos transparentes acerca das nossas perspectivas. Além de enfrentar o questionamento do jornalismo tradicional e comercial, que historicamente reverbera as vozes do poder econômico e político, lidamos com ataques sistemáticos no ambiente digital.

No Brasil, onde os 50 dos veículos de mídia com maior audiência pertencem a 26 grupos econômicos com interesses no agronegócio, setor financeiro e político conservador, **a comunicação independente feminista é uma ferramenta objetiva de combate ao monopólio narrativo**. Os dados são do Media Ownership Monitor (MOM), conduzido pela Repórteres Sem Fronteiras (RSF).

Violência digital cotidiana

Entre os desafios concretos que enfrentamos estão: ataques em massa ao nosso site (negação de serviço/DDoS), campanhas coordenadas de assédio, tentativas de phishing, invasões em reuniões online, vazamentos de dados pessoais e até ameaças.

Para jornalistas de causas, feministas ou de outros grupos, os ataques podem ser sofisticados e aproveitar períodos de lançamento de conteúdo sensível para agir.

Após alguns episódios de violência online, criamos uma Política Interna de Segurança Digital. Ela é menos uma lista de regras, já que a tecnologia muda o tempo todo, e mais uma pela nossa cultura organizacional de cuidado coletivo. A base desse cuidado é: **não culpamos a vítima**. Focamos em saber se a pessoa está bem e segura e depois cuidamos das questões técnicas. Não buscamos quem errou, buscamos onde nosso sistema falhou e como fortalecê-lo.

Além disso, toda a equipe d'AzMina passa por treinamentos periódicos para identificar ataques e tentativas de fraude, **atentando sempre para e-mails suspeitos, mensagens com tom de urgência e pedidos de pagamento, por exemplo**. Além disso, implementamos um **fluxo de registro formal de incidentes**, copiando cabeçalhos, registrando ataques e só depois denunciando às plataformas.

Essa metodologia é especialmente importante para organizações feministas porque reconhece que a segurança digital não é uma questão de competência individual, mas de **estrutura coletiva**. Quando uma comunicadora é atacada, não é porque ela falhou – é porque há um sistema de violência estrutural tentando silenciá-la. Nossa resposta precisa ser igualmente estrutural.

Segurança para todas

Nossa cultura de segurança digital e desconfiança saudável, vista como burocracia desnecessária em alguns ambientes, já nos protegeu de várias situações de risco, inclusive financeiro. Mantemos inventários atualizados de dispositivos, sistemas, e todo o nosso gerenciamento de acesso é feito por aplicativos específicos. Isso nos ajuda a saber quem tem acesso a quais informações e recursos, permitindo a limpeza periódica de permissões e o bloqueio rápido em situações emergenciais. Esses processos montam um "mapa" de nossa jornada digital, e tem sido centrais na proteção da nossa equipe e na manutenção do trabalho d'AzMina independentemente de quem integra o time.

A rotina de segurança, que envolve criptografia, autenticação de dois fatores, senhas fortes e renovação periódica, já faz parte do cotidiano da equipe. Essa é nossa rotina interna, mas sabemos que a causa de gênero não funciona fora de uma rede.

Por isso, frequentemente integramos denúncias coletivas, assinamos pronunciamentos coletivos de apoio a jornalistas vítimas de violência, mobilizamos a rede de comunicadoras feministas do Brasil e até de outros países, pensando sempre em técnicas de ação eficaz e ampliação dos efeitos do nosso trabalho.

Algumas vezes, optamos por marcar presença nas redes, mostrando que não seremos silenciadas. Em outras, recuamos temporariamente, nos preservando e reorganizando defesas. **Não existe resposta eficaz para a violência que não considere o contexto.** Entretanto, em qualquer situação, acreditamos que ninguém enfrenta ataque sozinha, dentro ou fora d'AzMina. Compartilhamos protocolos, erros, ferramentas, porque distribuir conhecimento entre grupos historicamente minorizados é estratégia política.

A violência digital contra mulheres, incluindo as comunicadoras, cresce exponencialmente na América Latina, especialmente em contextos de crise e polarização. Um estudo da ONU Mulheres e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre países da América Latina publicado em setembro de 2025 mostrou que uma em cada cinco interações em redes sociais envolvendo mulheres com visibilidade pública é de caráter violento, buscando silenciar suas vozes na esfera pública. Um relatório da Secretaría General Iberoamericana (SEGIB) , também deste ano, indica que a violência digital contra mulheres na região é organizada, crescente e prejudica muito a participação e o protagonismo feminino no jornalismo, política e direitos humanos.

Resistir sem romantizar

Não podemos esquecer que violência digital ainda é violência e tem consequências reais. Jornalistas e comunicadoras abandonam o trabalho, desenvolvem doenças físicas e mentais, e até perdem a vida. Por isso, é importante nos manter firmes na meta de democratizar a informação, mas sem deixar de lado a proteção de quem faz esse trabalho, garantindo que nossa história seja contada por nós.

Proteger comunicadoras negras, indígenas, LGBT+, ribeirinhas, quilombolas, não é só preservar pessoas, mas o direito coletivo à informação plural, à narrativa diversa, à verdade contada de muitos lugares.

O poder de nossa identidade como uma ferramenta epistemológica na construção de novas narrativas



Afrocolectiva

Texto por autoras convidadas do REPCONE.

Afrocolectiva é um meio digital e uma organização afrofeminista, antirracista e panafricanista com presença na América Latina, no Caribe e na Espanha, formada por mulheres negras e pessoas trans negras jovens. A partir de uma perspectiva interseccional e situada, produzimos conteúdos pedagógicos, campanhas de comunicação e espaços de formação. Afrocolectiva integra-se ao movimento antirracista e ao movimento de mulheres e pessoas negras LGBTIQ+ em nível global, trabalhando pela justiça racial e digital, e entendendo a comunicação e o ativismo digital como uma ferramenta vital de transformação em nossas comunidades.

Quando pensamos em quem ocupa os meios de comunicação tradicionais, o privilégio branco, heterocisnormativo, masculino e de classe está sempre presente. Lamentavelmente, são muito poucos os espaços que escolhem comunicar a partir da diversidade – ou, ao menos, com uma representação integral da pluralidade de vozes e identidades que podem compor uma equipe editorial.

Muitas vezes, essa ausência de rostos distintos – especialmente rostos negros, indígenas, gays, lésbicos e trans – coincide com uma prática que, a nosso ver como meio afrofeminista, é incompatível com o fazer jornalístico: a intenção e o objetivo de comunicar e narrar uma história sob a pretensão de objetividade e imparcialidade absolutas – uma "qualidade" diretamente vinculada às formas de produção de saberes estabelecidas na Modernidade, centradas na neutralidade e na rejeição de qualquer possibilidade de que a identidade de quem produz conhecimento sobre determinado assunto influencie esses saberes. Mas será que isso é possível?

Nós, da **Afrocolectiva**, acreditamos que não – e, mais ainda, **defendemos firmemente que o lugar de onde se conhece, ou no nosso caso, se comunica, impacta de maneira diferenciada as formas e as estratégias com as quais se realiza essa comunicação.**

Por outro lado, afirmar-se a partir da própria identidade como comunicadoras(es) que, de fato, não falamos de “nenhum lugar”, mas também valorizamos “o lugar de onde falamos”, compreendendo que é a partir dele que surge uma potência radical para construir, coletivamente, novas narrativas.

Dessa convicção nasce a **Afrocolectiva** – a partir de nossa visão e do desejo de construir um jornalismo em que nossas histórias e lutas sejam o que dá valor ao que comunicamos, e não aquilo que coloca em dúvida sua rigorosidade ou qualidade. **Comunicamos a partir de nossos sentimentos, das desigualdades que vivenciamos em primeira pessoa, bem como das alegrias e sonhos que construímos coletivamente em nossas comunidades.**

Nosso ativismo como comunicadoras(es) digitais está enraizado na compreensão de nossa negritude e afrodescendência como um posicionamento político, mas também como uma potência epistemológica – que nos permite, assim como tem revelado há décadas o movimento de mulheres negras, construir e produzir saberes a partir de nossos próprios relatos e em função de nossa luta, que não é outra senão aquela que busca desmontar todos os sistemas de dominação existentes.

Recordando uma de nossas grandes referências e poetas dos feminismos negros lésbicos, Audre Lorde, honramos e defendemos sua prática política de nomear-se e reafirmar cada uma de suas identidades em todos os espaços de fala que pôde ocupar. “Negra, lésbica, guerreira e poeta”, declarava Audre em cada uma de suas intervenções. “Afrofeministas, antirracistas, ativistas e comunicadoras(es) digitais”, nos declaramos a partir da Afrocolectiva.

Cuidar é resistir: tecnologia, racismo e lutas trabalhistas nos serviços públicos



Tamara Bárbara

Texto por autora convidada do REPCONE.

Ativista afro-argentina que atua pela visibilidade e pelos direitos da comunidade afrodescendente no país. É presidenta da Comissão de Afrodescendentes do Sindicato do Pessoal Legislativo e integrante do comitê contra o racismo da Internacional de Serviços Públicos.

O cuidado tem sido, historicamente, uma ferramenta poderosa de nossas comunidades. Cuidar não é um gesto frágil nem individual: **é uma decisão profundamente política.** É resistência diante da violência, do esquecimento, da tentativa sistemática de invisibilizar nossas vidas, lutas e histórias. O cuidado – em nossos corpos, nossos territórios e nossas memórias – sempre foi uma forma concreta de defender a vida. E hoje, também o é para habitar o mundo digital com dignidade.

Para nós, comunicadoras negras e quilombolas, estar na internet não é um luxo nem uma moda: é uma forma de existência, uma estratégia para defender nossos saberes, vozes e comunidades. Mas sabemos que o digital também é um campo onde se reproduzem as mesmas violências estruturais que enfrentamos na vida cotidiana: racismo, misoginia, silenciamento, vigilância e ameaças. Por isso, **cuidar de nós no ambiente digital não é algo acessório nem secundário – é uma forma urgente de proteção e resistência coletiva.**

Atualmente, vemos como a expansão da inteligência artificial está reconfigurando nossos espaços de trabalho, especialmente em áreas como os serviços públicos, onde historicamente as trabalhadoras têm sido o rosto visível do compromisso com a comunidade. A automatização, longe de ser um processo neutro ou puramente técnico, é guiada por lógicas que reproduzem desigualdades: algoritmos que decidem quem será contratado, vigiado ou demitido. E essas decisões, longe de serem objetivas, estão carregadas dos mesmos vieses racistas, classistas e coloniais que estruturam nossa sociedade.

Isso nos obriga a ser claras: a tecnologia não pode estar acima da dignidade humana. Não pode haver justiça tecnológica sem justiça social. Não pode haver automatização sem a participação daqueles que sustentam, com seu trabalho, os sistemas públicos que garantem direitos.

Por isso, o papel dos sindicatos, das organizações populares e das redes de trabalhadoras é mais urgente do que nunca. Porque defender direitos trabalhistas hoje também implica disputar o sentido e o uso das tecnologias. Implica exigir transparência, participação e justiça nos processos algorítmicos. Implica, em última instância, colocar o ser humano – o povo trabalhador – no centro das decisões.

O cuidado digital, então, não é apenas proteção individual: **é comunidade organizada.** É construir redes de apoio, nos acolhermos frente às violências, compartilhar saberes como ato político. É usar a tecnologia a partir de valores que nos pertencem: a solidariedade, a memória, a ternura como forma de luta, o bem comum acima do lucro individual.

Cuidar de nossas vozes online é defender o direito de narrar a partir de nosso próprio lugar. Cada história que compartilhamos desde nossos territórios, cada palavra que tecemos nas redes, é uma afirmação: existimos, resistimos e construímos futuro. Por isso, nos formarmos em práticas de autodefesa digital – proteger nossas comunicações, identificar ameaças, resguardar nossos espaços – não é um luxo: é uma ferramenta para continuarmos organizadas, visíveis e vivas. **Cuidamos umas das outras, não a partir do individualismo, mas do entendimento profundo de que ninguém se realiza em uma comunidade que não se realiza.**

As tecnologias foram criadas a partir de lógicas que nos excluem, mas, quando as apropriamos com nossos saberes, nossas lutas e nossa memória, nós as transformamos. Convertêmo-las em ferramentas de autonomia, em instrumentos de organização, em espaços para imaginar outro mundo possível.

Porque **cuidar é resistir.**
E resistir, também no digital – e no trabalho –, é defender o direito a uma vida digna.
A uma vida comunitária.
A uma vida em que o futuro não seja escrito pelas elites tecnológicas, mas construído pelos povos.

Interseccionalidade e resistência digital



Sofía Carrillo

Jornalista, narradora esportiva e ativista afroperuana. Formada em Jornalismo pela Universidade Jaime Bausate y Meza, é mestranda em Gerência Social pela PUCP. Atuou nas rádios Moderna e Ovación, além de apresentar programas na TV Perú e Radio Nacional. Trabalhou com advocacy e comunicação no INPPARES/IPPF, foi consultora nos Ministérios da Juventude e da Saúde do Peru, e atua como consultora da ONU Mulheres. É fundadora da En-Visibles SCZ, consultoria em comunicação estratégica, diversidade e inclusão.

Texto publicado originalmente no jornal EL PAÍS/América Futura

O que acontece quando um tuíte racista é replicado centenas de vezes, suas redes sociais se enchem de insultos e a chefia do seu veículo ou seu entorno mais próximo te pede "calma"? Para muitas jornalistas, comunicadoras e criadoras de conteúdo afrodescendentes na América Latina, o assédio digital não é um fato isolado: ele responde a lógicas sistêmicas que castigam nossas vozes. E, ainda assim, essa violência segue sem ser nomeada ou enfrentada por meios de comunicação, plataformas ou políticas públicas.

O hostilamento em espaços laborais e digitais opera como um regime de violência interseccional – racismo, sexismo e classismo – que começa antes mesmo do exercício do jornalismo, condicionando o acesso à formação, oportunidades e redes. Não fica restrito ao horário de trabalho: invade momentos de descanso, interfere no direito ao cuidado e à saúde integral, desorganiza projetos de vida, enfraquece a segurança individual e coletiva e limita a participação política.

Tudo isso ocorre sobre um terreno de desigualdade estrutural: segundo indicadores de gênero da CEPAL–ONU Mulheres de 2023, **há 118 mulheres em situação de pobreza e 120 em pobreza extrema para cada 100 homens,** com impactos especialmente fortes entre mulheres afrodescendentes e indígenas – uma realidade que exige respostas integrais, para além do punitivismo ou de políticas centradas apenas no cuidado. É nesse contexto que a REPCONE – Rede de Proteção Digital para Comunicadoras Negras, impulsionada pela Rede de Jornalistas Pretos – se consolida como um espaço imprescindível. Não basta afirmar que já existem redes de jornalistas; é necessário construir uma que **garanta condições seguras e dignas para comunicadoras afrodescendentes, com protocolos que nomeiem o racismo e sua interseção com o assédio sexual e digital.**

O que não podemos ignorar

A possibilidade de desagregar dados sobre o assédio digital que atinge mulheres afrodescendentes em nossos países ainda é reduzida, mas já temos evidências sobre a violência digital contra jornalistas mulheres em geral, especialmente quando analisamos a interseção entre trabalho e plataformas.

Um estudo da UNESCO em parceria com o Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ) documenta que **73% das jornalistas entrevistadas sofreram violência online relacionada ao seu trabalho** (incluindo ameaças sexuais e campanhas coordenadas). E, quanto à desproporção racial, o projeto Troll Patrol (Anistia Internacional/Element AI) mostrou que **mulheres afrodescendentes têm 84% mais probabilidade do que mulheres brancas de serem mencionadas em tuítes abusivos ou problemáticos.**

No cenário global, a primeira pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em conjunto com a Gallup, confirma que mais de uma em cada cinco pessoas empregadas já viveu violência ou assédio no trabalho ao longo da vida, com taxas mais altas entre mulheres jovens, pessoas migrantes e grupos afetados por discriminação de gênero e raça/cor da pele. Em outras palavras: **a interseccionalidade importa.**

E o que isso significa em um país como o Peru?

Apesar de o Estado peruano contar com um marco normativo relevante – como o Regulamento da Lei 27942, que reconhece o assédio sexual também em ambientes digitais, e a ratificação da Convenção 190 da OIT –, o caminho para prevenir, sancionar e reparar a violência digital continua nebuloso. A impunidade persiste.

A Política Nacional do Povo Afroperuano para 2030 reconhece que o racismo estrutural limita a autonomia das pessoas afrodescendentes, especialmente das mulheres. Nesse contexto, os meios de comunicação não são neutros: podem reproduzir estereótipos ou marginalizar vozes, mas também podem se transformar em espaços de representação digna e de defesa de direitos.

Sem condições de trabalho seguras, sem acesso ao cuidado e sem proteção contra o assédio digital, **a participação das mulheres afrodescendentes no ecossistema comunicativo fica restrita** – sobretudo quando a proposta é ocupar uma posição crítica em uma sociedade profundamente desigual e discriminatória. O Estado deve garantir ambientes livres de violência racial

e sexista, com institucionalidade baseada em perspectivas de gênero, raça e interseccionalidade; e assegurar orçamento público específico para garantir nossas autonomias – também no campo simbólico e midiático.

Das declarações às ações

Reconhecer que o racismo e o sexismo são estruturais não exime o Estado nem as instituições de agir agora. Como destacamos a partir de diversas vozes afrodescendentes – incluindo autoras como bell hooks e Sueli Carneiro –, **nomear o que nos violenta é apenas o primeiro passo.**

A partir da minha experiência como comunicadora e jornalista afroperuana, vivi na pele as múltiplas formas de assédio em que o racial e o sexual se cruzam. Não se trata apenas de violência simbólica: é uma agressão concreta aos nossos corpos, à nossa saúde mental e à nossa possibilidade de habitar o espaço público.

Para prevenir, proteger e transformar, propomos alguns caminhos concretos:

1. **Protocolos que nomeiem o racismo e sua interseção com o assédio sexual.**
As políticas institucionais precisam deixar de lado enfoques de gênero abstratos. A Convenção 190 da OIT oferece um marco claro, mas é necessário operacionalizá-la com abordagem interseccional e orçamento específico.

2. **Reconhecer o ambiente digital como espaço de trabalho e de risco.**
A violência nas redes sociais não é "alheia" ao trabalho de comunicadoras racializadas. São necessários mecanismos internos para denunciar ataques digitais motivados por raça ou gênero, além de ações de moderação, registro de provas, acolhimento emocional e proteção jurídica.

3. **Acompanhamento psicológico e jurídico com enfoque antirracista.**
O atendimento a vítimas de assédio deve reconhecer o impacto estrutural do racismo sobre a saúde mental. Isso implica profissionais capacitados, recursos legais, ajustes razoáveis e sistemas de dados desagregados.

4. **Lideranças institucionais diversas e ativas diante da violência.**
Não basta se pronunciar apenas na crise: é preciso lideranças que ajam, sancionem, previnam e – sobretudo – reflitam a diversidade de quem comunica. A ausência de pessoas afrodescendentes, indígenas, trans, com deficiência, entre outras, em espaços de decisão perpetua a impunidade e reproduz uma cultura de silêncios cúmplices.

O direito de comunicar sem ser violentadas também é nosso

O caminho das mulheres afrodescendentes e negras na comunicação costuma começar com uma decisão íntima: estudar, exercer o jornalismo ou criar conteúdo – em meios tradicionais ou alternativos – mesmo sem termos referências onde nos espelhar. Segue quando batemos em portas que se fecham repetidamente em uma sociedade que nos racializa e desumaniza. E continua quando, já dentro do sistema, precisamos demonstrar constantemente nossa capacidade profissional... e também nossa humanidade. Tudo isso enquanto enfrentamos violências digitais, racistas e sexistas que buscam nos silenciar.

Nomear esse percurso importa. Não para romantizá-lo, mas para reconhecer seus custos e reivindicar aquilo que tecemos juntas: redes de cuidado, proteção e sustentação que nos permitem continuar habitando o espaço público com dignidade.

Uma Rede de Proteção Digital para Comunicadoras Negras não é apenas uma estrutura profissional: é uma resposta política. **Um espaço que valida a experiência vivida, prioriza o autocuidado coletivo e articula estratégias diante do racismo estrutural que atravessa nossas trajetórias** – nas redações, nas redes sociais e em cada plataforma onde exercemos o direito de comunicar.

Audre Lorde disse com clareza em A Burst of Light: “Cuidar de mim mesma não é autoindulgência. É autopreservação. E isso é um ato de guerra política.”

Hoje podemos dizer que somos mais e que estamos atravessando fronteiras – geográficas e simbólicas –, que estamos nos encontrando, nos nomeando, nos protegendo. E que já não aceitamos nem likes vazios nem silêncios institucionais. Exigimos redes antirracistas, políticas públicas que reconheçam e sancionem o assédio digital com enfoque interseccional e condições dignas para exercer o jornalismo sem ter que sacrificar o descanso, a saúde mental ou a integridade física.

Seguimos resistindo. Estamos escrevendo nossa história no presente.

Com voz própria. Em coletivo.

Direitos Digitais e Justiça Social



Wesley Teixeira

Texto por autor convidado do REPCONE.

Advogado com atuação nos Direitos Huamnos e recortes raciais;
Ex-Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE;
Ex- Secretario Geral da Comissão de Igualdade Racial da OAB/SE;
Presidente em Sergipe da Associação Nacional da Advocacia Negra - ANAN;
Membro do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura ;
Membro do Instituto Braços; Membro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

Numa era digital, nunca foi tão fácil ter acesso a todo tipo de informação, notícias e diversas formas de entretenimento disponível ao toque simples de um smartphone e, sobretudo, por meio das redes sociais. Mas, toda essa facilidade e potencialidade na comunicação digital de simples e rápido acesso também nos torna mais suscetíveis ao caminho inverso: **desinformação, manipulação e exposição, tornando um ambiente de potencialização da comunicação e de participação democrática, em um meio que amplifica antigas desigualdades e cria novas formas de exclusão e controle.**

De forma sutil, somos conduzidos e induzidos para aos poucos darmos mais atenção à utilização de uma comunicação cada vez mais informal, direta e objetiva sem mais nos permitirmos compreender necessariamente os fatos. Tudo passa a ser analisado de forma mais superficial. Afinal, num ritmo social tão acelerado, vence e ganha mais views quem consegue ser mais enxuto e impactante com a informação (ou desinformação).

No entanto, por mais tentadora e fácil que seja essa nova forma de nos comunicarmos, é imperioso atentar para pontos cruciais como **a privacidade, a proteção de dados, a liberdade de expressão e ao próprio acesso equitativo às tecnologias,** que fazem parte de uma dimensão dos Direitos Humanos quando atrelada ao acesso à informação, inclusão digital e democratização. E, inevitavelmente por esta prospecção, que se exige uma atuação minuciosa a fim de evitar uma colisão entre esses direitos e garantias constitucionais inerentes ao ser humano, tais como a privacidade, que vai desde a disseminação de dados pessoais até a disseminação de informações pessoais falsas.

A disseminação de dados pessoais sem a devida autorização seja por empresas privadas ou pelo governo onde coletam, analisam e monetizam essas informações, repassando-as ou criando algoritmos que permitem uma verdadeira indução para o consumo ou especulativo para algo que possa atrair cada indivíduo, é passível de punição pela **Lei Geral de Proteção da Dados.**

A LGPD, de nº 13.709/2018, lei federal brasileira promulgada em 2018 discorre **"sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural"** .[1]Tratam-se de aspectos onde está inserida a questão da honra e da intimidade.

O próprio **Marco Civil da internet (Lei 12.965/2014)** por exemplo, estabeleceu princípios e garantias para a cidadania digital, como a liberdade de expressão e a diversidade. Mas, é preciso ir além, atendo-se ao fato da rede mundial de dados ser o ambiente onde os usuários estão cada vez mais expostos a todo tipo de vulnerabilidade e que por esta razão pode ser utilizada como instrumento de reprodução da dominação e discriminação contra grupos mais vulneráveis: negros, mulheres e indígenas. Ação denominada de **cyberbullying.**

Esses algoritmos digitais que se utilizam de sites de pesquisas, compras e redes sociais para identificar padrões de comportamento e identificar o perfil de um usuário, direcionando-o para um produto ou serviço, também são responsáveis por apresentar outras perspectivas e opiniões com uma abordagem voltada para **alimentar discursos de ódio e até manipular estigmas sociais envolvendo essas minorias, fazendo desses mecanismos instrumentos de controle social.**

Encontrar um caminho para uma justiça social no campo digital é um desafio a ser superado posto ser plenamente compreendido que **não há neutralidade no campo da tecnologia**, onde o principal objetivo de uma sociedade sistêmica é a própria manutenção dela, definitivamente estruturada sob aspectos sociais, econômicos, de gênero e raciais tão demarcados. Assim, qualquer mudança representa, significativamente, ceder ou diluir um espaço de privilegiados para oportunizar o outro grupo em um contexto em que os que o dominam definitivamente não querem perder ou compartilhar sob pena de comprometer, desestruturar e até ruir um sistema.

Assim, exemplifica-se como a elaboração de políticas realmente modificativas sobre o acesso à conectividade plena e o acesso às ferramentas de produção de conhecimento não é algo tão fácil, embora seja simples no campo teórico.

Nesse contexto é que se revela o poder das políticas públicas, da legislação, como instrumento de aperfeiçoamento de inclusão digital além de refletir nos algoritmos e **na responsabilização das plataformas por manipulação e práticas discriminatórias** fazendo do meio digital um ambiente de bem comum e de forma controlada. Uma vez que, somente assim, teremos um espaço digital justo, que respeite a dignidade humana, promova o acesso igualitário e proteja a liberdade enquanto condições fundamentais para qualquer democracia que se pretenda, real e inclusiva.

---

1 Trecho da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, art. 1º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

8. Segurança digital e dicas práticas

Fontes:
ONU Mulheres

Em casos de violência digital, quando possível **reúna provas como: prints, links, arquivos etc.**

Impeça a disseminação. Use as ferramentas disponíveis para remover imagens e vídeos privados compartilhados sem consentimento, como Take it down e Stop non-consensual image-abuse.

Proteção de contas: Use senhas fortes, com combinações de letras, números e símbolos. Ative a autenticação de dois fatores para uma camada extra de segurança. revise as configurações de privacidade e verifique seus dispositivos em busca de spyware ou aplicativos de rastreamento.

Conte a alguém em quem confia. Não carregue isso sozinha. Compartilhe o que está acontecendo com um amigo, familiar ou organização em quem você confia.

Denuncie o caso à plataforma: Onde disponível, use as ferramentas da plataforma para cortar o contato e registrar uma denúncia. por lei, é obrigatória a retirada do conteúdo denunciado como impróprio pelo provedor.

Procure ajuda. Muitos países agora têm linhas de apoio (hotlines), ONGs ou unidades policiais treinadas para responder à violência digital.

8.1. Ferramentas de Proteção Digital REPCONE

Fonte:
Newsroom Policy Guide to Fight Online Harassment,
WAN-IFRA Women in News (WIN), 2023

Formulário de Registro de Incidentes

Ferramenta essencial para documentar ataques logo que acontecem.

Exemplo recomendado pela WAN-IFRA WIN

Matriz de Avaliação de Risco (Risk Matrix)

Ferramenta usada para classificar gravidade e urgência dos ataques

Guia de Resposta Imediata (Immediate Response Guide)

Orientações rápidas para reforçar segurança nas primeiras horas do ataque.

Política Interna de Enfrentamento à Violência Digital

Modelo para criação de políticas de proteção e protocolos internos.

Ferramentas digitais recomendadas

Gerenciador de senha: https://bitwarden.com e https://1password.com
Autenticação em dois fatores: https://authy.com e https://googleauthenticator.net
Verificação de vazamento de senhas: https://haveibeenpwned.com
Armazenamento seguro: https://proton.me/drive

8.2. Canais de denúncia e redes de apoio:

Disque 180:

Central de Atendimento à Mulher, criada e mantida pelo Governo Brasileiro. Funciona online e pelo telefone, apoiando mulheres com informação e encaminhamento de denúncias para os órgãos de apoio responsáveis.

SaferNet Brasil

Oferece orientação especializada e canais seguros para denúncias de crimes e violações de direitos humanos na internet, incluindo violência digital contra mulheres, além de apoio em segurança digital e recursos educativos.

Manual de Campo de Assédio Online: Diretório de Organizações de Ajuda

Diretório especializado que lista organizações regionais e internacionais que ajudam jornalistas, ativistas e outras que enfrentam abuso online, oferecendo aconselhamento sobre segurança digital, encaminhamentos e contatos de emergência.

Rede JP (BR / LATAM)

Proteção a comunicadoras negras. Contato: jornalistaspretos@gmail.com

Red de Periodistas AfroLatinos

Proteção digital e incidência

Fundación Karisma (Colômbia)

Direitos digitais

8.2. Canais de denúncia e redes de apoio:

Artículo 19 (México / LATAM)

Liberdade de expressão

Al Sur

Rede de direitos digitais na América Latina

Comisión Interamericana de Direitos Humanos (OEA)

Denúncias internacionais. Contato: cidhedenuncias@oas.org

UN Women América Latina

Campanhas e incidência

Plan International Brasil

Fornece linhas de apoio para crianças e jovens.

9. Contatos e redes de apoio na América Latina



Brasil:

Disque 100

Direitos Humanos (WhatsApp: +55 61 99611-0100)

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

Delegacias de Crimes Cibernéticos

DEAM

Delegacias Especializadas

CERT.br – https://www.cert.br

Aplicativo Proteja Brasil

Argentina:

Línea 144 – Violência contra a mulher

Ministerio Público Fiscal

UFECI (denuncia.ufeci@mpf.gov.ar)

Defensoría del Pueblo

Colômbia

Línea 155 – Violência contra a mulher

CAIVAS

Policía Nacional – https://caivirtual.policia.gov.co

Fiscalía General de la Nación

Chile

Fono 1455 – Violência contra a mulher

Policía Nacional

DIVINDAT

Brigada Investigadora del Cibercrimen (BICIB)

DENUNCIA SEGURO 600 400 0101

Peru

Línea 100

Policía Nacional

DIVINDAT

Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables (MIMP)

10. Referências bibliográficas:

1. Artigo “Pontuações sobra violência digital de gênero:

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 de outubro de 2025.

BRASIL. LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 30 de outubro de 2025.

BRASIL. CODIGO PENAL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 30 de outubro de 2025.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo. Disponível em: https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf.pdf

BELARMINO, Glauber Guilherme e TRENTO, Ana Paula. Violência de gênero em ambientes digitais: prevenção, combate e respostas da lei. Conjur. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2025-mar-07/violencia-de-genero-em-ambientes-digitais-prevencao-combate-e-respostas-da-lei/

RODRIGUES, Lucas Felix. A Violência contra a Mulher na Era das REDES sociais: o feminicídio como consequência da misoginia online. Revista Foco. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/9358. Acesso em 25 de outubro de 2025.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Violência de gênero online. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/violencia-de-genero-online/. Acesso em 27 de outubro de 2025.

AGÊNCIA EBC. Violência digital contra mulheres atinge níveis alarmantes. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-08/violencia-digital-contra-mulheres-atinge-niveis-alarmantes. Acesso em 30 de outubro de 2025.

REPCONE. Rede de Proteção Digital para Comunicadoras Negras. Curso de 27/9 a 31/10/2025.

COUTINHO, Sarah. Machosfera: a violência de gênero no ambiente digital. Nexo Jornal. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/explicado/2025/06/19/machismo-mulher-violencia-de-genero-machosfera-redes-sociais-internet. Acesso em 27 de outubro de 2025.

2. A importância da autopercepção e o poder de ser uma comunicadora negra

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASTOS, A. et al. Impacto da Geração Z na promoção da diversidade no universo de influenciadores digitais. Disponível em : https://drive.google.com/file/d/11M-KZwW8K-q-pD95NGZ5vJspZHqWEA57/view. Acesso em: 13 nov. 2025.

COUTINHO, Maria Julia. Entrando no clima: Chuva, chuvarada e outras meteorologices. 1ª edição. São Paulo: Planeta, 2016.

DALTRO, Luana. Onde estão as mulheres negras para Comunicação? Disponível em: https://coletiva.net/artigos-home/onde-estao-as-mulheres-negras-para-comunicacao,421922.jhtml. Acesso em: 13 de nov. de 2025.

FREIRE, Tâmara. Prêmio Jacira da Silva valoriza a mulher negra na comunicação . Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-07/premio-jacira-da-silva-valoriza-mulher-negra-na-comunicacao. Acesso em : 13 de nov. 2025.

hooks, bell. E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza. Acesso em: 12 nov. 2025.

MULHERES negras na comunicação: os desafios de ocupar espaços. Disponível em : https://nossomeio.com.br/mulheres-negras-na-comunicacao-os-desafios-de-ocupar-espacos/. Acesso em: 12 nov. 2025.

OLIVERA, Bruna. Mulheres pobres, negras e “loucas” invisibilizadas na mídia. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/dilemas-da-imprensa/mulheres-pobres-negras-e-loucas-invisibilizadas-na-midia/. Acesso em : 11 de nov. 2025.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Por mais mulheres negras nas estruturas de poder. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/por-mais-mulheres-negras-nas-estruturas-de-poder/. Acesso em: 11 nov. 2025.

SANTOS, Luiza Chaves. Sufrágio feminino e democracia no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). Rio de Janeiro, 2017. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/33232/33232.PDF. Acesso em 14 nov. 2025.

SANTOS, Michelle Garcia. NO AFRONTE: Um podcast sobre o debate do racismo e seus desdobramentos na era do jornalismo digital. 2024. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Jornalismo) - Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Porto Alegre, 2018. Disponível em https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/45205. Acesso em 12 nov. 2025.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher?. Tradução de Osmundo Pinho. Disponível em https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/. Acesso em 10 nov. 2025.

Outras referências utilizadas na cartilha:

GSI – Gabinete de Segurança Institucional. Fascículo Violência Cibernética contra as Mulheres. [S.l.], 28 fev. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/gsi/pt-br/seguranca-da-informacao-e-cibernetica/fasciculos/fasciculo_violencia_cibernetica_contra_as_mulheres.pdf/view gov.br.

NALVARTE, Paola. Uma em cada quatro mulheres jornalistas sofreu ataques online, de acordo com relatório da UNESCO. LatAm Journalism Review, 12 maio 2021. Disponível em: https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/uma-em-cada-quatro-mulheres-jornalistas-sofreu-ataques-online-de-acordo-com-relatorio-da-unesco/. Acesso em: 20 out, 2025.

ONU Mulheres. Segurança Online: O que toda mulher e menina deve saber. 18 nov. 2025. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/seguranca-online-o-que-toda-mulher-e-menina-deve-saber/onumulheres.org.br.

ONU Mulheres. Una-se 2025: 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres, 28 ago. 2025. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/una-se-2025-21-dias-de-ativismo-pelo-fim-da-violencia-contra-meninas-e-mulheres/.

PEÑA-FERNÁNDEZ, Simón et al. Shooting the Messenger? Harassment and Hate Speech Directed at Journalists on Social Media. Societies, v. 15, n. 5, p. 130, 2025.

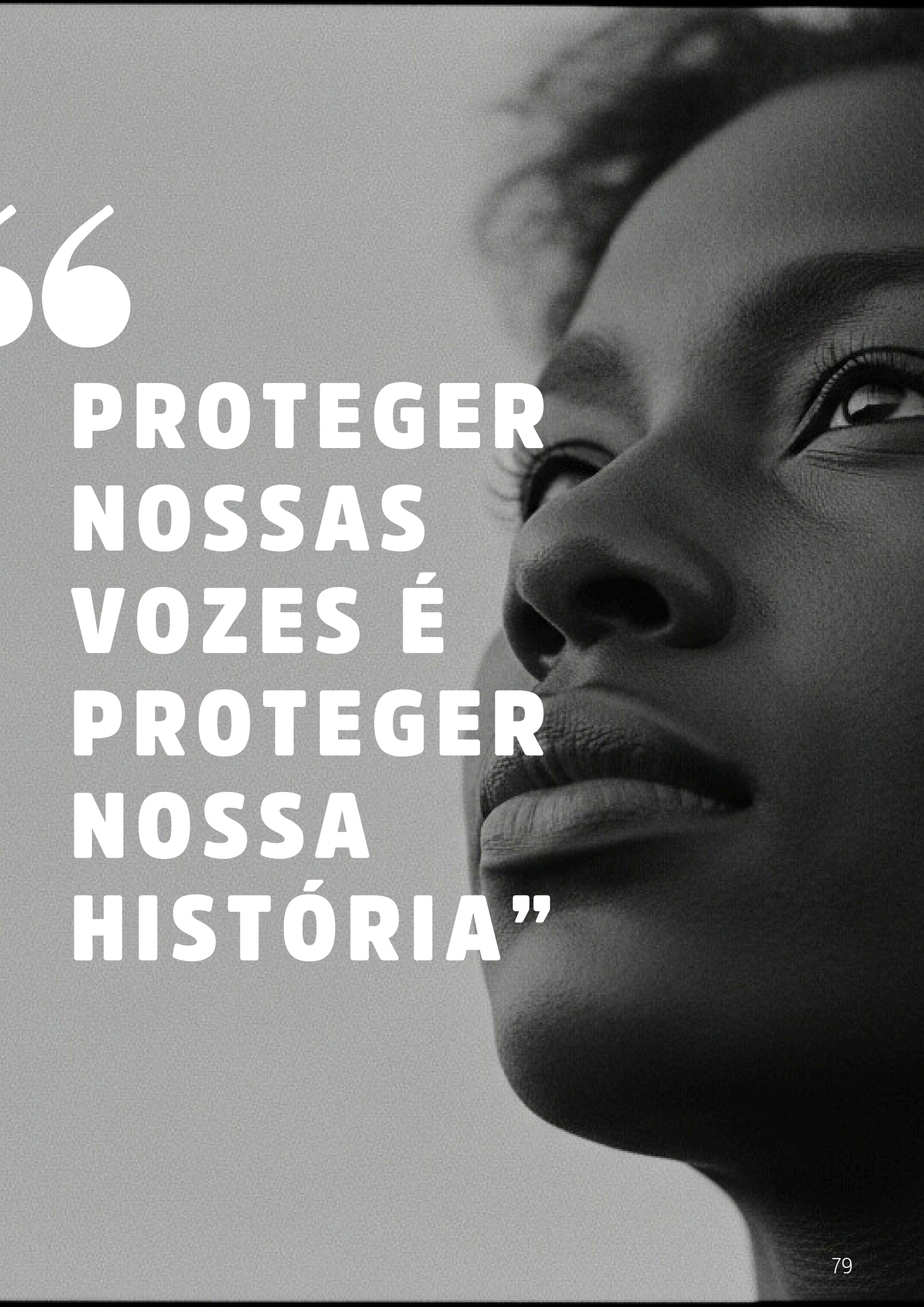
PAGOLA, Florencia. Women press workers in Latin America face high levels of gender violence online and in the workplace: IFJ. LatAm Journalism Review, 22 maio 2024. Disponível em: https://latamjournalismreview.org/articles/women-press-workers-in-latin-america-face-high-levels-of-gender-violence-online-and-in-the-workplace-ifj/. Acesso em: 20 out, 2025.

ROCHA, Paula Melani; MANRIQUE-VILLANUEVA, Maria Lina; DOLGAN, Alex Daniel. Adoecimento e silenciamento: os impactos dos ataques contra as jornalistas mulheres brasileiras. Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 158, p. 189-204, 2025.

SANTANA, Jamile. ; MARTINS, Laís. Jornalistas negras e indígenas são ofendidas quando se posicionam contra racismo. Revista AzMina, 27 jan. 2022 (atualizado em 16 jun. 2025). Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/jornalistas-negras-e-indigenas-sao-ofendidas-quando-se-posicionam-contra-racismo/. Acesso em: 20 out, 2025.

UNESCO. Measuring online violence and harassment against women journalists in Latin America. 21 jun 2021 (atualizado em 20 abr. 2023. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/digital-violence-against-women-journalists-old-ongoing-issue. Acesso em: 20 out, 2025.

WAN-IFRA. Newsroom Policy Guide to Fight Online Harassment. 4 abr. 2025. Disponível em: https://wan-ifra.org/insight/newsroom-policy-guide-to-fight-online-harassment/.


“PROTEGER NOSSAS VOZES É PROTEGER NOSSA HISTÓRIA”



REPCONE

REDE DE PROTEÇÃO DIGITAL PARA
COMUNICADORAS NEGRAS